



POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS POLICIAIS
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM SEGURANÇA PÚBLICA

LUIZ EDUARDO DE FIGUEIREDO MENDONÇA
WHESLEY ARAÚJO DE AMORIM

REDE COMÉRCIO SEGURO:

Escuta ativa, corresponsabilização e coprodução de segurança pública no Centro Histórico de
João Pessoa

João Pessoa

2026

LUIZ EDUARDO DE FIGUEIREDO MENDONÇA
WHESLEY ARAÚJO DE AMORIM

REDE COMÉRCIO SEGURO:

Escuta ativa, corresponsabilização e coprodução de segurança pública no Centro Histórico de
João Pessoa

Artigo apresentado a Diretoria de Educação e Cultura (DEC) da Polícia Militar da Paraíba, no Curso de Especialização *Lato Sensu* em Segurança Pública (CESP), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública.

Orientadora: Dayana Cruz Pereira – Maj PMPB

APROVADO EM: ____ / ____ / ____

Major QOEM PM Dayana Cruz Pereira
(Orientadora)

XXXXXXXXXX
(Examinadora Interna)

XXXXXXXXXX
(Presidente da Banca Examinadora)

João Pessoa

2026

RESUMO

Este artigo investiga de que modo a Rede Comércio Seguro, iniciativa do 1º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba no bairro do Varadouro, em João Pessoa, ao integrar a Polícia Comunitária e a Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED) por meio da escuta ativa e da corresponsabilização dos comerciantes, configurou-se como experiência de cidadania ativa e coprodução de segurança pública. A pesquisa é qualitativa, modalidade estudo de caso interpretativo, com análise de conteúdo categorial e triangulação intradocumental, tendo como corpus sete documentos institucionais produzidos entre dezembro de 2022 e maio de 2026. A análise evidenciou três achados: a escuta ativa operou como mecanismo constitutivo da Rede, emergindo da demanda espontânea de comerciantes que interpelaram o comando do Batalhão em dezembro de 2022; a corresponsabilização documentou-se como coprodução de informação territorial, com demandas encaminhadas a órgãos municipais e incorporadas ao protocolo CPTED; e o corpus registra um reposicionamento funcional documentado, pelo qual o cidadão-comerciante transitou de demandante passivo a corresponsável pela segurança de seu território. Argumenta-se que esse reposicionamento não é resultado secundário da iniciativa, mas sua dimensão constitutiva, evidenciando que a segurança pública democrática se realiza pela capacidade institucional de produzir, por meio da escuta e da corresponsabilização, cidadãos ativos na gestão do espaço urbano compartilhado.

Palavras-chave: policiamento comunitário; CPTED; coprodução de segurança; cidadania ativa; escuta ativa.

ABSTRACT

This article investigates how the Rede Comércio Seguro (Safe Commerce Network), an initiative of the 1st Military Police Battalion of Paraíba in the Varadouro neighborhood of João Pessoa, by integrating Community Policing and Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) through active listening and merchant co-responsibility, configured itself as an experience of active citizenship and public security co-production. The research is qualitative, adopting an interpretive case study design with categorical content analysis and intradocumental triangulation, based on a corpus of seven institutional documents produced between December 2022 and May 2026. The analysis identified three findings: active listening operated as a constitutive mechanism of the Network, emerging from the spontaneous demand of merchants who approached the Battalion command in December 2022; co-responsibility was documented as territorial information co-production, with demands forwarded to municipal agencies and incorporated into the CPTED registration protocol; and the corpus evidences a documented functional repositioning, through which the citizen-merchant transitioned from passive claimant to co-responsible agent for the security of their territory. It is argued that this repositioning is not a secondary outcome of the initiative but its constitutive dimension, revealing that democratic public security is realized through the institutional capacity to produce, by means of listening and co-responsibility, active citizens in the management of shared urban space.

Keywords: community policing; CPTED; security co-production; active citizenship; active listening.

1 INTRODUÇÃO

A Segurança Pública no Brasil contemporâneo atravessa uma inflexão que não se esgota na reorganização administrativa nem na diversificação dos arranjos institucionais. O que está em jogo é uma reconfiguração mais profunda: o reconhecimento de que a preservação da ordem pública não constitui atributo exclusivo do Estado e de que a coprodução, entendida como a participação ativa dos cidadãos na produção de bens e serviços públicos (OSTROM, 1996), deixou de ser categoria periférica para se tornar princípio organizador de iniciativas concretas de governança territorial.

O artigo 144 da Constituição Federal de 1988, ao definir a segurança pública como "dever do Estado, direito e responsabilidade de todos" (BRASIL, 1988), inscreveu a corresponsabilidade cidadã como mandamento constitucional, ainda que sua tradução em arranjos participativos concretos permaneça, em grande medida, como projeto inacabado (VILARDI, 2010; ARAUJO JUNIOR, 2025). A tradição do pluralismo ancorado (LOADER; WALKER, 2007) sustenta que, embora os atores sociais se multipliquem na governança do crime, cabe ao Estado permanecer como âncora da provisão de segurança coletiva, perspectiva que dialoga diretamente com iniciativas nas quais a instituição policial militar atua como facilitadora para que a comunidade coproduza a ordem local.

É nessa encruzilhada entre mandamento constitucional, filosofia de policiamento e arranjo territorial que se situa a Rede Comércio Seguro, iniciativa desenvolvida pelo 1º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba (1º BPM) no bairro do Varadouro, no Centro Histórico da cidade de João Pessoa. A Rede não decorreu de planejamento institucional: foi desencadeada, em dezembro de 2022, pela demanda direta de comerciantes que relataram ao Comando do 1º BPM o impacto cotidiano de furtos e arrombamentos noturnos. Esse momento inaugural marcou o início de um processo sistemático de escuta ativa que evidenciou uma dissonância gerencial relevante: enquanto os indicadores prioritários de segurança estavam orientados ao combate a facções e à redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), os comerciantes clamavam por atenção aos Crimes Contra o Patrimônio (CCP), cuja natureza silenciosa os tornava menos visíveis nas metas estatísticas (Pereira e Barros, 2026). A Rede estruturou-se progressivamente por meio de cadastramentos, visitas sistemáticas, orientações baseadas nos princípios da Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED) e articulação interinstitucional com órgãos municipais, contando, em maio de 2026, com 170 comércios cadastrados.

Vale ressaltar que essa dissonância encontrava respaldo técnico nos diagnósticos institucionais produzidos entre 2022 e 2023. O estudo sobre moradores em situação de rua, realizado pela então Seção de Instrução e Planejamento P/3 do 1º BPM, de 2022, já alertava para a complexidade criminal da malha central (ANEXO E). O diagnóstico realizado por Cadetes da PMPB em 2023 quantificou o que a escuta ativa havia detectado: 48,3% dos comerciantes avaliaram a segurança local como ruim ou péssima, com correlação mais forte com a ausência visível de policiamento do que com a incidência criminal objetiva (ANEXO F). Investigações sobre o modo como a articulação entre Polícia Comunitária e CPTED, mediada pela escuta ativa, opera o reposicionamento funcional do comerciante urbano em Centros Históricos permanecem escassas na literatura nacional, configurando lacuna que o presente estudo busca contribuir para preencher.

Diante desse quadro, a pergunta condutora desta investigação é: de que modo a Rede Comércio Seguro, ao integrar Polícia Comunitária e CPTED por meio da escuta ativa e da corresponsabilização dos comerciantes, configurou-se como experiência de cidadania ativa e coprodução de segurança pública no Centro Histórico da cidade de João Pessoa? O pressuposto interpretativo é que essa integração, catalisada pela escuta ativa, produz o reposicionamento funcional documentado do cidadão-comerciante, da condição de demandante passivo à de agente coprodutor da segurança territorial (Pereira e Barros, 2026). A sequência causal inscrita nos documentos, os comerciantes demandam, a PM escuta, redesenha prioridades, o diagnóstico valida, a Rede se estrutura, é o que distingue essa iniciativa de programas nos quais o diagnóstico antecede e condiciona a escuta.

Este artigo tem por objetivo geral analisar a Rede Comércio Seguro como exercício de cidadania ativa e experiência de coprodução de segurança pública no Centro Histórico da cidade de João Pessoa. Os objetivos específicos são: (1) examinar os diagnósticos institucionais de 2022 e 2023 como instrumentos de validação técnica da escuta ativa; (2) analisar a articulação operacional entre os princípios de Polícia Comunitária e da CPTED na estruturação da Rede; e (3) avaliar o reposicionamento funcional documentado do comerciante local, da condição de demandante passivo à de corresponsável pela segurança territorial. O artigo estrutura-se em cinco seções: após esta introdução, apresentam-se o referencial teórico, o percurso metodológico, os resultados organizados nas três categorias analíticas do corpus e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste artigo articula quatro planos analíticos em progressão necessária. Parte-se do fundamento constitucional que inscreve a corresponsabilidade como princípio normativo, e não como retórica institucional, a partir do artigo 144 da CF/88 (seção 2.1); examina-se, em seguida, a Polícia Comunitária como filosofia que operacionaliza esse princípio em práticas concretas de parceria decisória com a comunidade, sem ignorar as tensões estruturais que a literatura já documentou (seção 2.2); articula-se a CPTED como dimensão espacial e participativa da segurança, cuja sustentabilidade depende do engajamento ativo dos usuários do território (seção 2.3); e propõe-se, por fim, a escuta ativa como conceito-ponte que explica de que modo as duas abordagens se integram em um mesmo movimento diagnóstico, movimento que constitui, e não apenas acompanha, o reposicionamento funcional do comerciante como coprodutor de segurança pública (seção 2.4).

2.1 A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O FUNDAMENTO NORMATIVO DA CORRESPONSABILIDADE

O artigo 144 da Constituição Federal de 1988 inscreve na ordem constitucional brasileira um princípio de aparente simplicidade, mas de profundas implicações políticas e institucionais: a Segurança Pública é "dever do Estado, direito e responsabilidade de todos" (BRASIL, 1988). A formulação não é um acidente de linguagem. Ela representa uma ruptura deliberada com a concepção autoritária de segurança como prerrogativa exclusiva do Estado repressivo, abrindo espaço para uma reconfiguração da relação entre instituições policiais e sociedade civil que só começaria a se materializar operacionalmente nas décadas seguintes.

A leitura jurídica dominante desse dispositivo, porém, tem sido historicamente limitada. Como observa Vilardi (2010), a expressão "responsabilidade de todos" não gera, em regra, obrigação jurídica direta para os particulares, funcionando primariamente como fomento aos controles sociais informais, sem que isso necessariamente se traduza em arranjos institucionais concretos de participação cidadã. A questão de fundo, de que modo compartilhar essa responsabilidade, quais os limites da atuação de órgãos não policiais e como a sociedade deve efetivamente assumir seu papel, permanece, em grande medida, sem resposta institucional sistemática. Nesse sentido, o chamado constitucional à "responsabilidade de todos" não opera como obrigação jurídica direta, mas como convocação ao exercício da cidadania. De modo que é precisamente nessa segunda dimensão que a figura

do comerciante urbano, inserido em território vulnerável, encontra seu enquadramento como corresponsável ativo, não como mero destinatário de serviços de segurança.

Araujo Junior (2025) aprofunda essa leitura ao identificar que a dimensão promocional do artigo 144 da CF/88 raramente é analisada sob perspectiva que a vincule à construção de valores positivos para uma sociedade justa. O debate sobre segurança pública tende a iniciar pelas forças de segurança, e não pelos direitos que elas deveriam produzir, perdendo-se a oportunidade de transformar a legítima indignação da população na afirmação positiva de posições jurídicas capazes de garantir vida sem medo. É nesse sentido que caminha a Rede Comércio Seguro, transformando a indignação dos comerciantes do Varadouro em protagonismo ativo, com o qual a Rede dialoga, ancorando-se na promessa constitucional de que, sem esse enunciado que inscreve a corresponsabilidade como princípio, a mobilização do cidadão-comerciante como coprodutor de segurança careceria de legitimidade institucional.

2.2 POLÍCIA COMUNITÁRIA: FILOSOFIA PARTICIPATIVA, LIMITES CONCEITUAIS E TENSÕES INSTITUCIONAIS

A filosofia de Polícia Comunitária opera a tradução institucional da corresponsabilidade em práticas concretas de policiamento. Definir esse conceito, porém, é tarefa que a própria literatura reconhece como problemática. Como observam Skolnick e Bayley (2006), a ausência de consenso sobre o significado do policiamento comunitário faz com que o termo seja frequentemente utilizado para rotular programas tradicionais de assistencialismo, funcionando como um recurso de duplo efeito: se por um lado garante apoio político pela popularidade do termo, por outro permite que a estratégia seja instrumentalizada sem que ocorra ruptura real com o modelo puramente repressivo.

Trojanowicz e Bucqueroux (1994) caracterizam o policiamento comunitário não como tática, mas como uma filosofia e estratégia organizacional que estabelece uma nova parceria entre a população e as forças de segurança, na qual ambas devem atuar conjuntamente na identificação, priorização e resolução de problemas locais contemporâneos, incluindo o crime, o tráfico de drogas, o medo do crime, as desordens físicas e a degradação urbana, tendo como objetivo central a melhoria da qualidade de vida na localidade. O que essa conceituação revela é que o policiamento comunitário constitui, em sua essência, uma epistemologia sobre como os problemas de segurança são identificados e geridos, de modo que a participação decisória da comunidade é condição indispensável para essa dinâmica.

É precisamente nesse ponto que reside a diferença em relação ao policiamento orientado à solução de problemas, arranjo no qual a sociedade civil não necessariamente

participa da identificação ou da escolha dos alvos a serem atingidos (VILARDI, 2010). Como os dados documentam, a Rede Comércio Seguro atende a essa exigência: os comerciantes não foram convocados para implementar uma solução pré-desenhada pela instituição policial, mas escutados de modo que o diagnóstico do problema fosse construído a partir de sua própria experiência territorial.

A análise de Ferreira, Rossoni e Oliveira (2022) sobre as lógicas institucionais demonstra que o policiamento comunitário se manifesta de forma híbrida e contraditória na prática, regido por quatro tipos de lógicas coexistentes, a militar, a profissional, a gerencial e a comunitária, cuja fricção gera tensões que raramente se resolvem de modo linear. A lógica comunitária, alinhada à preservação de garantias constitucionais e à aproximação social, tende a ser subordinada às demais em contextos dominados pela militarização e pela pressão por resultados estatísticos quantitativos. Essa tensão estrutural é analiticamente relevante para este estudo: a Rede Comércio Seguro emerge em um momento no qual a lógica gerencial do 1º BPM, historicamente orientada ao combate a facções e à redução de CVLI, foi tensionada pela escuta ativa a realizar um realinhamento em direção à lógica comunitária, movimento que os documentos do corpus registram não como substituição de uma lógica por outra, mas como reorientação de prioridades e um convite à reflexão.

Vale ressaltar que a Polícia Comunitária não se confunde com estratégias de relações públicas ou de assistencialismo, distinção que os próprios Trojanowicz e Bucqueroux (1994) já advertiam como risco real para programas que se autodenominam comunitários. O risco de reduzi-la a uma ferramenta de marketing institucional ou a um substituto para políticas sociais ausentes é real e amplamente documentado (TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1994). Na Rede Comércio Seguro, esse limite é articulado por meio da coordenação interinstitucional: o 1º BPM não assume a resolução de problemas estruturais como iluminação pública ou transporte, mas atua como agente catalisador, articulando os órgãos competentes para que o façam. Polícia Comunitária é, nesse sentido, uma filosofia e estratégia organizacional de coprodução territorial da segurança, que tem na escuta ativa sua condição de operacionalização e na corresponsabilização do cidadão seu resultado constitutivo.

2.3 CPTED, MEDO DO CRIME E A CIDADANIA COMO PRÁTICA ESPACIAL

A Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED), a percepção de insegurança e a participação cidadã articulam-se como dimensões de uma mesma prática: a reconquista do espaço urbano pelo cidadão. A origem do conceito remonta às reflexões de Jane Jacobs (2000), que identificou que a segurança das ruas dependia fundamentalmente do

fenômeno denominado "olhos na rua", a presença contínua de pessoas nas calçadas como forma de vigilância natural e informal (SENNA DA COSTA, 2017; GUEDES, 2024). Essa intuição foi posteriormente sistematizada por Oscar Newman (1972) por meio do conceito de "espaço defensável", centrado nos princípios de territorialidade, vigilância natural, imagem e inserção ambiental, e formalizada conceitualmente por C. Ray Jeffery (1972 apud SENNA DA COSTA, 2017), que cunhou o termo CPTED e o definiu como o design apropriado e o uso efetivo do ambiente construído com o objetivo de reduzir o medo do crime e os incidentes criminais, melhorando diretamente a qualidade de vida urbana. A Cartilha CoMvida da Polícia Militar da Paraíba sintetiza as cinco estratégias operacionais dessa abordagem: vigilância natural, manutenção, territorialidade, controle natural de acesso e participação comunitária (Pereira e Barros, 2026).

A quinta estratégia, participação comunitária, não constitui mero complemento instrumental das demais, mas sua própria condição de sustentabilidade. Como demonstra Senna da Costa (2017), a CPTED praticada de forma coletiva articula o medo do crime, a coesão social e o uso do espaço público em uma dinâmica circular: quando a população abandona os espaços públicos em decorrência do medo, o controle social informal se dissolve, elevando a exposição real ao crime e retroalimentando o abandono. Inverter esse ciclo, como a Rede Comércio Seguro propõe no Varadouro, exige não apenas intervenções físicas no ambiente, mas a reconstituição do sentimento de pertencimento e da presença ativa dos usuários legítimos do espaço.

O medo do crime ocupa, nesse contexto, papel analítico central. Senna da Costa (2017) distingue o medo situacional, ativado por circunstâncias específicas do ambiente físico e social, do medo disposicional, caracterizado por um traço duradouro de insegurança que condiciona o comportamento individual independentemente dos índices objetivos de criminalidade. Os dados do Diagnóstico do movimento migratório dos comerciantes (ANEXO F) corroboram essa distinção: 48,3% dos comerciantes avaliaram a segurança local como ruim ou péssima, com correlação mais forte com a ausência visível de policiamento do que com a incidência criminal factual, o que indica experimentação primária do medo situacional, ativado pela degradação ambiental e pela percepção de vulnerabilidade, e não pelos indicadores de CVLI que orientavam prioritariamente a gestão do batalhão. Nesse quadro, a CPTED adquire um papel que ultrapassa a prevenção situacional pura e alcança a dimensão da gestão subjetiva do risco, dimensão particularmente relevante para comerciantes cujas demandas, como o corpus documenta (ANEXO F), se concentravam precisamente em crimes contra o patrimônio.

A CPTED, quando praticada como processo participativo de diagnóstico e intervenção territorial, e não como imposição de prescrições técnicas, transita de teoria de design para exercício de cidadania espacial. Essa transição pressupõe cidadãos que se reconheçam como agentes legítimos do espaço que ocupam e trabalham, rejeitando a condição de usuários passivos de um ambiente gerenciado por terceiros. É essa postura ativa, registrada nos documentos institucionais do corpus, que a escuta e a responsabilização promovidas pelo 1º BPM buscaram instaurar nos comerciantes do Centro Histórico de João Pessoa.

2.4 A ESCUTA ATIVA COMO PONTE CONCEITUAL: DISTINÇÃO DE PLANOS ANALÍTICOS

A articulação entre a Polícia Comunitária e a CPTED na Rede Comércio Seguro não ocorre de modo espontâneo nem resulta da simples justaposição das duas abordagens. Ela é mediada pela escuta ativa, que atravessa três planos analíticos distintos, distinção necessária para evitar que o conceito circule simultaneamente como objeto de estudo, mecanismo explicativo e resultado a demonstrar.

No plano empírico, a escuta ativa é uma prática institucional registrada nos documentos do corpus: o ato concreto e sistemático pelo qual comerciantes relatam ao 1º BPM suas percepções, demandas e experiências de vitimização, e pelo qual os policiais registram essas informações em fichas de cadastro e formulários de visita. No plano operacional, ela é o mecanismo que viabiliza a integração entre Polícia Comunitária e CPTED: sem o diagnóstico construído a partir das demandas dos comerciantes, as intervenções ambientais da CPTED seriam prescrições técnicas impostas de fora, e não respostas a vulnerabilidades identificadas pelos próprios usuários do espaço. No plano epistemológico, a escuta ativa é a condição de possibilidade do reposicionamento funcional: é por meio dela que o comerciante deixa de ser receptor passivo de informações sobre segurança e passa a ser fonte ativa de diagnóstico territorial.

Essa dimensão dialoga com a tipologia desenvolvida por Martins, Farias e Angelo Junior (2019) a partir de Ostrom (1996) e Pestoff (2006) para o campo da coprodução de segurança. O que os documentos institucionais registram é primariamente uma forma de coprodução de informação: comerciantes e PM constroem conjuntamente o diagnóstico territorial por meio de cadastros, fichas de visita, relatórios e reuniões. Nos termos dessa tipologia, a coprodução de informação, construção conjunta do diagnóstico territorial entre cidadãos e agentes públicos, mostrou-se fator essencial para o provimento de serviços públicos, e é precisamente nessa categoria que se enquadra o arranjo da Rede. A Polícia

Comunitária sem a CPTED produz presença e vínculo com a comunidade, mas sem orientação técnica para as vulnerabilidades ambientais específicas de cada estabelecimento; a CPTED sem a Polícia Comunitária produz prescrições técnicas de design, mas sem o engajamento ativo do comerciante como corresponsável. A escuta ativa, ao integrar as duas abordagens em um mesmo movimento diagnóstico, converte o comerciante simultaneamente em destinatário de orientações CPTED e em produtor das informações que as fundamentam, e é esse movimento que constitui o reposicionamento funcional documentado no corpus.

3 METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado articula natureza qualitativa, modalidade documental e estudo de caso interpretativo em uma arquitetura coerente com a pergunta de pesquisa. A seção apresenta, em sequência, a delimitação do caso e a justificativa da modalidade (seção 3.1); a composição e o estatuto do corpus documental (seção 3.2); o procedimento de análise de conteúdo categorial (seção 3.3); e os mecanismos de triangulação, posicionalidade declarada e limitações reconhecidas (seção 3.4).

3.1 NATUREZA, MODALIDADE E CASO

A pesquisa é de natureza qualitativa, orientada à compreensão do processo pelo qual o 1º BPM, ao instaurar um sistema de escuta ativa junto a comerciantes do Centro Histórico de João Pessoa, criou as condições documentadas para o reposicionamento funcional desses atores. Adota-se o estudo de caso qualitativo de orientação interpretativa (YIN, 2015), cujo interesse central é apreender o que os documentos institucionais permitem afirmar sobre o tipo de relação entre a PM e comerciantes que a Rede institui, e sobre os comportamentos que essa relação produziu, nos limites do que a pesquisa documental pode evidenciar.

O caso é a Rede Comércio Seguro, desenvolvida no bairro do Varadouro, atualmente sob coordenação da Companhia de Integração Comunitária do 1º BPM, com delimitação temporal que abrange dezembro de 2022 a maio de 2026. Um dado analiticamente significativo é que a Rede não possui documento fundador, nenhum ato normativo ou portaria a institui. Essa ausência não é tratada como lacuna, mas como dado constitutivo: a Rede nasceu da relação, não do decreto. Em consonância com o que De Mattia e Zappellini (2014) identificam como condições da coprodução, a regularidade de interação e o reconhecimento mútuo de papéis entre cidadãos e agentes públicos, com fundamento em Ostrom (1996), ambos os elementos estão amplamente documentados no corpus.

3.2 CORPUS DOCUMENTAL

O corpus é composto por sete documentos institucionais produzidos em momentos e com finalidades distintas. Vale ressaltar que esses documentos apresentam estatutos distintos de circulação: a Cartilha CoMvida: Policiamento Comunitário sob a perspectiva da CPTED (Pereira e Barros, 2026) constitui documento institucional de acesso público, produzido com finalidade formativa e doutrinária; os demais seis documentos, Diagnóstico sobre moradores em situação de rua (ANEXO E), Diagnóstico do movimento migratório dos comerciantes (ANEXO F), Ficha de Cadastramento de Comerciantes Antiga (ANEXO A), Ficha de Cadastramento de Comerciantes Atual (ANEXO B), Relatório de Visita Comercial – RVC

(ANEXO C) e Relatório de Integração Comunitária – RVC 2 (ANEXO D), são de uso interno institucional, sem publicação oficial externa, e seu acesso foi possível pela condição do pesquisador como integrante do 1º BPM, condição já declarada como elemento de posicionalidade na seção 3.4. Essa heterogeneidade não fragiliza o corpus; ao contrário, reforça a triangulação intradocumental, na medida em que documentos de natureza e circulação distintas convergem para as mesmas inferências analíticas.

Os documentos que integram o corpus são: Diagnóstico sobre moradores em situação de rua: 5ª CIA/1º BPM (ANEXO E), que registrou 223 conduzidos à delegacia no primeiro semestre na área central e alertou para a alta reincidência e o aliciamento de vulneráveis por facções criminosas; Diagnóstico do movimento migratório dos comerciantes da região do Varadouro: Cadetes PMPB (ANEXO F), com dados sobre percepção de segurança, vitimização e motivos de migração comercial; Ficha de Cadastramento de Comerciantes Antiga (instrumento original de coleta); Ficha de Cadastramento de Comerciantes Atual (com protocolo CPTED detalhado: visibilidade, prateleiras, caixa, iluminação, controle de acesso, câmeras); RVC – Relatório de Visita Comercial (formulário eletrônico por visita, com registro de demandas e ocorrências); Relatório de Integração Comunitária (maio/2026), que narra a gênese e consolidação da Rede com dados de produtividade; Cartilha CoMvida PMPB (Pereira e Barros, 2026), documento doutrinário que situa institucionalmente a Rede.

Registros de grupos de WhatsApp foram excluídos por ausência de autoria verificável e considerações éticas de privacidade; relatórios diários operacionais em volume não sistemático não integram o corpus. A pesquisa migrou de entrevistas semiestruturadas para pesquisa documental por restrições de tempo, com plena coerência entre o corpus e os objetivos declarados.

3.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Emprega-se a análise categorial conforme Bardin (2016), em três fases. Na pré-análise, realizou-se leitura flutuante do corpus para confirmar a pertinência dos documentos. Na exploração do material, procedeu-se à leitura sistemática e codificação das unidades de registro, segmentos textuais que descrevem práticas, comportamentos ou arranjos institucionais, a partir de três categorias a priori derivadas do referencial teórico: (a) escuta ativa; (b) corresponsabilização; (c) cidadania ativa. As categorias respeitaram os princípios de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência e objetividade (BARDIN, 2016).

No tratamento e interpretação dos resultados, convergências entre documentos distintos foram tratadas como reforço interpretativo; divergências, especialmente o dado de

que 53,3% dos comerciantes que migraram apontaram o baixo fluxo de clientes, e não a segurança, como razão principal (ANEXO F), foram exploradas como aberturas analíticas. Esse dado reforça, e não fragiliza, a tese: o reposicionamento é mais significativo por ter partido de um grupo cuja preocupação dominante era econômica, não securitária. A Rede não encontrou uma comunidade de segurança pronta; os registros sugerem que criou as condições documentadas para sua emergência.

3.4 TRIANGULAÇÃO, POSICIONALIDADE E LIMITAÇÕES

A triangulação é metodológica intradocumental: não entre fontes de diferentes polos institucionais, o corpus é inteiramente composto por documentos produzidos no âmbito do 1º BPM, o que configura uma limitação declarada, mas entre tipos de documentos funcionalmente distintos (diagnóstico técnico, relatório operacional, instrumento de coleta, manual doutrinário) produzidos em momentos e finalidades diversas. Convergências reforçam as inferências; tensões são exploradas como aberturas analíticas.

O pesquisador é integrante do 1º BPM, mas não participou da implementação da Rede. O vínculo institucional é declarado como elemento metodológico que confere acesso privilegiado ao contexto e, simultaneamente, requer controle ativo do viés confirmatório. Quatro procedimentos concretos foram adotados para esse controle: categorias a priori derivadas da literatura antes do contato sistemático com os documentos; protocolo de análise formalizado antes da fase de exploração; tensões e contradições do corpus registradas e exploradas, não silenciadas; limites interpretativos declarados com precisão, de modo que o corpus evidencia comportamentos, não estados subjetivos.

A principal limitação desta pesquisa reside no corpus inteiramente institucional: todos os documentos foram produzidos pela ou sob coordenação da instituição que opera a Rede, sem fontes externas como pesquisa de vitimização independente ou avaliação de órgão de controle. Estudos futuros devem suprir essa limitação por meio de entrevistas com os comerciantes e pesquisa de vitimização independente.

4 RESULTADOS

Os resultados estão organizados em três eixos analíticos que correspondem às categorias derivadas do referencial teórico. A seção 4.1 examina a escuta ativa como mecanismo constitutivo da Rede, rastreando sua evolução do relato inaugural ao protocolo sistemático de visitas. A seção 4.2 analisa o processo de corresponsabilização, documentando o reposicionamento funcional do comerciante de destinatário passivo a coprodutor territorial. A seção 4.3 reconstrói a dimensão da cidadania ativa a partir da validação técnica dos diagnósticos e dos limites interpretativos que o corpus permite afirmar.

4.1 ESCUTA ATIVA COMO MECANISMO CONSTITUTIVO: DO RELATO INAUGURAL AO PROTOCOLO SISTEMÁTICO

O que o corpus documental registra, em primeiro lugar, é que a escuta ativa não foi uma escolha metodológica deliberada, formulada a priori pelo comando do 1º BPM. Ela foi, antes, uma resposta institucional a uma demanda concreta: em dezembro de 2022, seis comerciantes do Varadouro procuraram espontaneamente o comando do Batalhão para relatar o impacto cotidiano de furtos e arrombamentos noturnos sobre seus estabelecimentos. Esse momento inaugural é analiticamente significativo: não foi a instituição que foi ao comerciante com um programa pronto; foi o comerciante que foi à instituição com um problema real. A escuta, nesse sentido, foi a resposta que a instituição soube dar a essa interpelação. Vale registrar, contudo, que essa sequência causal é narrada pelo próprio documento institucional que a reconstitui retrospectivamente, limitação que os procedimentos de triangulação buscaram controlar, mas não eliminar.

Ficou registrado que esse primeiro contato evidenciou uma dissonância gerencial relevante: enquanto os indicadores prioritários de segurança do Batalhão estavam orientados ao combate a facções e à redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), os comerciantes clamavam por atenção a Crimes Contra o Patrimônio (CCP), cuja natureza silenciosa os tornava menos visíveis nas metas estatísticas da gestão. A escuta ativa não produziu apenas empatia; produziu um diagnóstico de desalinhamento entre as métricas institucionais e as vulnerabilidades percebidas pela comunidade comercial, e é nesse ponto que ela dialoga com a concepção de coprodução de Ostrom (1996), segundo a qual a participação cidadã incide sobre a própria definição do problema a ser enfrentado.

A materialização mais clara da escuta como prática sistemática está na evolução dos instrumentos de coleta. A Ficha de Cadastramento de Comerciantes Antiga limitava-se ao registro de informações básicas de identificação do estabelecimento, histórico de incidências

criminais nos últimos seis meses e presença de sistema de câmeras. Seu escopo era o do inquérito pontual. A Ficha de Cadastramento de Comerciantes Atual representa uma ruptura qualitativa: além de manter o histórico de vitimização, incorpora um protocolo estruturado de avaliação ambiental baseado nos princípios da CPTED, cobrindo visibilidade da fachada e vitrine para o interior da loja, altura e disposição das prateleiras, posicionamento do caixa em relação à visibilidade dos valores existentes, iluminação externa após o fechamento, controle de acesso, monitoramento por câmeras com capacidade de identificação de pessoas próximas ao caixa e existência de rede de contato com outros comerciantes. Essa evolução documental evidencia que a escuta se institucionalizou: o comerciante deixou de ser fonte de queixa para se tornar fonte qualificada de diagnóstico territorial.

O RVC completa esse circuito. Trata-se de formulário eletrônico aplicado em cada visita, que orienta o policial a colher com o comerciante qualquer situação que esteja influenciando a segurança do local ou da rua, incluindo ocorrências recentes, condições de iluminação pública, pichações e outros fatores ambientais. O formulário registra, por visita, a data, o turno, os policiais responsáveis, o endereço, o responsável pelo estabelecimento e as alterações ou demandas identificadas, com possibilidade de anexar fotografias. Esse instrumento transforma cada visita em unidade de produção de informação territorial, e sua sistematização em formulário eletrônico indica que o 1º BPM não apenas escutou, mas criou condições para que a escuta gerasse dados rastreáveis e acumuláveis.

4.2 CORRESPONSABILIZAÇÃO: DO CADASTRAMENTO À COPRODUÇÃO TERRITORIAL

O corpus indica que o reposicionamento funcional do comerciante não ocorreu por declaração, mas por participação progressiva em práticas que alteraram seu papel na dinâmica de segurança local. A evolução dos instrumentos de coleta, da Ficha de Cadastramento de Comerciantes Antiga à Ficha de Cadastramento de Comerciantes Atual, analisada na subseção anterior, documenta o primeiro movimento dessa transição: ao ser chamado a avaliar as condições ambientais de seu próprio estabelecimento sob o protocolo CPTED, o comerciante deixou de ser apenas destinatário de orientações policiais para se tornar fonte ativa de informação para o diagnóstico territorial.

O Relatório de Integração Comunitária – RVC 2 registra que, em maio de 2026, a Rede contava com 170 comércios cadastrados e havia realizado 124 visitas comerciais apenas no mês de referência. Esse dado, em si, não informa sobre reposicionamento; informa sobre escala e regularidade. O que documenta o reposicionamento é o que as visitas produzem: o

RVC registra que cada visita inclui a coleta de demandas que transcendem o âmbito estritamente policial, como falhas de iluminação pública, acúmulo de lixo, pichações e problemas de infraestrutura urbana. Isso indica que o comerciante, ao longo das visitas sistemáticas, passou a reportar ativamente o estado de seu território, funcionando como ponto de observação da rede de monitoramento preventivo.

O RVC 2 registra ainda que as demandas coletadas foram encaminhadas a órgãos municipais competentes, incluindo secretarias de infraestrutura e mobilidade urbana. A articulação interinstitucional é documentada: o 1º BPM não assumiu para si a resolução de problemas estruturais que estão fora de sua competência, mas atuou como articulador das demandas do comerciante junto às instâncias responsáveis. Esse arranjo ilustra, no plano operacional, a distinção que o Cartilha CoMvida (Pereira e Barros, 2026) estabelece entre a Polícia Comunitária como filosofia de coprodução e o assistencialismo policial: a PM compartilha responsabilidades com outras instituições por meio de soluções intersetoriais, sem substituí-las. Nesse sentido, o arranjo dialoga com a concepção de Loader e Walker (2007), para quem o Estado permanece como âncora da governança da segurança, coordenando sem monopolizar.

O aprendizado mútuo registrado no RVC 2 indica que a articulação interinstitucional revelou à gestão municipal pontos cegos que alimentavam a insegurança do território, como falhas no transporte público e a extinção da Zona Azul, variáveis que impactavam tanto o fluxo de pessoas quanto a dinâmica de vigilância natural do Centro Histórico da cidade de João Pessoa. Esse dado sugere que a coprodução de informação entre comerciantes e PM produziu efeitos que ultrapassaram o âmbito da segurança *stricto sensu*, alcançando a gestão urbana integrada.

4.3 CIDADANIA ATIVA: VALIDAÇÃO TÉCNICA DOS DIAGNÓSTICOS E REPOSICIONAMENTO FUNCIONAL DOCUMENTADO

O terceiro plano em que os documentos analisados registram evidências de reposicionamento funcional é o da validação técnica. Os documentos analisados, o Diagnóstico de Moradores de Rua na Malha Central de João Pessoa (2022) e o Diagnóstico do Movimento Migratório dos Comerciantes na Malha Central de João Pessoa (2023), não funcionam como antecedentes que explicam a Rede, mas como instrumentos que conferiram legitimidade técnica ao que a escuta ativa havia detectado empiricamente.

O Diagnóstico de Moradores de Rua na Malha Central de João Pessoa (ANEXO E) registrou 223 conduzidos à delegacia apenas na área central do 1º BPM no primeiro semestre,

alertando para a alta reincidência e para o aliciamento de vulneráveis por facções criminosas para a prática de furtos. Esse documento evidencia que a complexidade criminal da malha central já estava mapeada antes da criação da Rede, fornecendo contexto territorial para compreender por que os comerciantes do Varadouro apresentavam vulnerabilidade específica a crimes contra o patrimônio.

O Diagnóstico do Movimento Migratório dos Comerciantes na Malha Central da cidade de João Pessoa (ANEXO F) quantificou o que a escuta ativa havia detectado: 48,3% dos comerciantes avaliaram a segurança local como ruim ou péssima, com correlação mais forte com a ausência visível de policiamento do que com a incidência criminal objetiva. Esse dado dialoga diretamente com a distinção analítica entre medo situacional e medo disposicional: o que os comerciantes experimentavam primariamente era a percepção de abandono territorial, não necessariamente a exposição mensurável ao crime. A Rede Comércio Seguro, ao instaurar visitas sistemáticas e presença regular, buscou incidir sobre essa dimensão da segurança, antes de qualquer impacto verificável sobre os índices objetivos.

O mesmo diagnóstico registra, contudo, uma tensão que o corpus não permite silenciar: 53,3% dos comerciantes que migraram do Varadouro apontaram o baixo fluxo de clientes, e não a segurança, como razão principal (ANEXO F). Esse dado refere-se ao grupo que deixou o território, não necessariamente ao grupo que permaneceu e aderiu à Rede; sua relevância analítica está em contextualizar o perfil econômico do território, não em caracterizar diretamente os 170 comerciantes cadastrados. Nesse sentido, ele não fragiliza a tese do reposicionamento; ao contrário, confere-lhe especificidade: os comerciantes que permaneceram no território e passaram a coproduzi-lo não eram uma comunidade de segurança já constituída, eram agentes econômicos inseridos em território vulnerável que, por meio da escuta ativa, foram progressivamente incorporados a uma lógica de corresponsabilização. A Rede, nesse sentido, não encontrou uma comunidade de segurança pronta; os documentos indicam que criou as condições documentadas para sua emergência.

5 DISCUSSÃO

Os resultados organizados nas três categorias analíticas permitem agora interrogar, com mais precisão, o que a Rede Comércio Seguro evidencia sobre as condições em que a integração entre Polícia Comunitária e CPTED pode produzir efeitos que nenhuma das abordagens alcança isoladamente.

O corpus registra uma sequência causal que inverte a lógica habitual dos programas de policiamento comunitário: não foi a instituição que produziu um diagnóstico e depois foi à comunidade implementá-lo, mas a comunidade que interpelou a instituição e induziu o redesenho de prioridades. Esse ponto de partida é relevante porque é precisamente o tipo de condição que Trojanowicz e Bucqueroux (1994) associam ao policiamento comunitário genuíno, aquele em que a parceria entre comunidade e polícia se estabelece na identificação e priorização dos problemas, e não apenas na implementação de soluções predeterminadas. A dissonância detectada pela escuta, entre as métricas institucionais orientadas ao CVLI e a demanda dos comerciantes por atenção aos CCP, é, nesse quadro, o que Trojanowicz e Bucqueroux identificariam como o problema local contemporâneo que a filosofia do policiamento comunitário requer que seja co-identificado.

A análise de Ferreira, Rossoni e Oliveira (2022) sobre as lógicas institucionais coexistentes na Polícia Comunitária, a militar, a profissional, a gerencial e a comunitária, é útil para situar esse movimento. O que o corpus registra não é a substituição da lógica gerencial pela comunitária, mas a tensão produtiva entre ambas: a Rede emerge justamente no ponto em que a lógica gerencial, orientada a resultados estatísticos quantitativos, é tensionada pela escuta a redirecionar atenção a fenômenos criminais menos visíveis nos indicadores prioritários. Essa tensão não foi resolvida pela supressão de uma lógica pela outra, mas pela ampliação do escopo do diagnóstico institucional. Bayley e Shearing (2001) dialogam com esse movimento ao situar a pluralização da governança da segurança não como abandono da centralidade estatal, mas como reorganização de seus dispositivos de produção de ordem. A âncora de Loader e Walker (2007) permanece: é o 1º BPM que coordena, facilita e articula, e não a comunidade que se autogoverna à margem da instituição.

A distinção entre coprodução de informação e assistencialismo é o segundo eixo que os dados exigem enfrentar. De Mattia e Zappellini (2014), a partir de Ostrom (1996), definem a coprodução como um processo que envolve indivíduos que não são servidores públicos na produção de bens e serviços oferecidos pelo governo, destacando seu caráter procedimental: a participação ativa do cidadão deve incidir não apenas na execução, mas na definição e geração do bem público conforme suas necessidades. Essa perspectiva é analiticamente

precisa para enquadrar o arranjo da Rede: a ausência de documento fundador, nenhum ato normativo a institui, não é lacuna, mas dado constitutivo, pois, nos termos de De Mattia e Zappellini (2014), a coprodução não requer formalização normativa prévia; requer regularidade de interação e reconhecimento mútuo de papéis entre agentes públicos e cidadãos, ambos amplamente documentados no corpus.

Vale reconhecer que a coprodução registrada no corpus opera com uma tensão residual: embora a adesão à Rede seja voluntária, condicionada à manifestação prévia de interesse do comerciante, as visitas são conduzidas por policiais militares fardados, o que introduz assimetria situacional que distingue o arranjo das condições de plena horizontalidade descritas por Ostrom (1996). Martins et al. (2019), articulando Ostrom (1996) e Pestoff (2006), aprofunda essa leitura ao sinalizar que a coprodução de informação, construção conjunta do diagnóstico territorial entre cidadãos e agentes públicos, é condição para a efetividade dos demais tipos.

O que os documentos da Rede evidenciam é primariamente essa forma: as fichas de cadastro, os Relatórios de Visita Comercial e os Relatórios de Integração constituem um sistema de produção conjunta de informação sobre vulnerabilidades territoriais. Esse ponto é decisivo para situar a Rede como distinta de programas de relações públicas ou assistencialismo policial, crítica que Trojanowicz e Bucqueroux (1994) e o Manual CoMvida (PMPB, 2026) reconhecem como risco real para iniciativas que se autodenominam de policiamento comunitário sem produzir ruptura com o modelo puramente reativo.

A CPTED, no arranjo da Rede, não opera como prescrição técnica imposta de fora, mas como linguagem compartilhada de diagnóstico ambiental. Senna da Costa (2017) demonstra que a CPTED praticada como processo participativo articula o medo do crime, a coesão social e o uso do espaço público em uma dinâmica circular: a presença ativa dos usuários legítimos do espaço é simultaneamente condição e produto das intervenções ambientais. O que a Ficha de Cadastramento de Comerciantes (Atual) documenta é exatamente essa transição: ao ser sistematicamente questionado sobre visibilidade, iluminação e controle de acesso, o comerciante passou a operar com os critérios ambientais da CPTED como parte do protocolo de suas visitas, o que os documentos registram como prática, não como estado subjetivo. É exatamente esse tipo de vulnerabilidade, o medo situacional ativado por sinais de degradação ambiental, que os dados do corpus registram como a experiência predominante dos comerciantes do Varadouro, que a CPTED, mediada pela escuta ativa, buscou endereçar.

A tensão analítica do dado de 53,3%, referente aos comerciantes que migraram prioritariamente por razões econômicas, não securitárias, merece uma última consideração. Araujo Junior (2025) observa que o debate sobre segurança pública tende a iniciar pelas forças de segurança, perdendo a oportunidade de transformar a legítima indignação da população em protagonismo ativo. O dado dos 53,3% sugere que, no Varadouro, a indignação dominante não era securitária, mas econômica. O que a Rede documentou é que a segurança, quando abordada como dimensão da qualidade do território e da viabilidade econômica dos estabelecimentos, e não apenas como ausência de crime, tornou-se mobilizadora. O comerciante que permaneceu no território e se integrou à Rede o fez, ao menos parcialmente, por razões econômicas, e é exatamente por isso que seu reposicionamento como coprodutor de segurança é relevante: ele não foi recrutado para uma causa securitária, mas foi conduzido a ela pela lógica de proteção de seu próprio empreendimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação partiu da seguinte pergunta: de que modo a Rede Comércio Seguro, ao integrar Polícia Comunitária e CPTED por meio da escuta ativa e da corresponsabilização dos comerciantes, configurou-se como experiência de cidadania ativa e coprodução de segurança pública no Centro Histórico de João Pessoa? A análise do corpus documental permite formular três achados que, tomados em conjunto, oferecem uma resposta provisória e aberta a essa questão.

O primeiro achado diz respeito à escuta ativa como mecanismo constitutivo: o corpus evidencia que a escuta não foi um recurso instrumental adotado como etapa de um programa pré-existente, mas o próprio fator desencadeador da Rede. Foram os comerciantes que, ao buscar o comando do 1º BPM em dezembro de 2022, instauraram a escuta como prática institucional, e foi essa escuta que produziu o diagnóstico de desalinhamento entre as métricas policiais e as vulnerabilidades percebidas pela comunidade comercial. A institucionalização da escuta nos instrumentos de coleta, da Ficha de Cadastramento de Comerciantes (Antiga) ao protocolo CPTED da Ficha de Cadastramento de Comerciantes (Atual), e desta ao Relatório de Visita Comercial eletrônico, registra a progressiva formalização dessa prática como componente estrutural da Rede.

O segundo achado refere-se à corresponsabilização como coprodução de informação: o que os documentos permitem afirmar é que os comerciantes se tornaram, ao longo das visitas sistemáticas, produtores ativos de diagnóstico territorial. O encaminhamento de suas demandas a órgãos municipais e a incorporação de variáveis ambientais ao protocolo de visita indicam que a coprodução não se limitou ao âmbito policial, mas alcançou a gestão urbana integrada. Esse arranjo documenta uma forma específica de coprodução, a coprodução de informação, nos termos de Ostrom (1996) e Martins et al. (2019), que se distingue do assistencialismo por implicar participação ativa do cidadão na construção do próprio diagnóstico. Vale ressaltar que essa forma de coprodução dialoga com as formas de participação cidadã identificadas por Pestoff (2006), econômica, política e social, na medida em que o diagnóstico territorial compartilhado constitui substrato necessário para qualquer uma delas.

O terceiro achado concerne ao reposicionamento funcional documentado: o corpus indica que o cidadão-comerciante do Varadouro transitou, ao longo do período analisado, de demandante passivo a corresponsável pela segurança de seu território. Esse trânsito não foi declarado pelos comerciantes, o corpus não permite acesso a estados subjetivos, mas é inferível dos comportamentos registrados nos documentos institucionais: adesão ao

cadastramento, participação nas visitas sistemáticas, reporte ativo de demandas e engajamento nos ajustes ambientais recomendados pelo protocolo CPTED. O dado de que 53,3% dos comerciantes que migraram o fizeram por razões econômicas, não securitárias, não contradiz esse achado; antes, confere-lhe profundidade: o reposicionamento ocorreu em um grupo cuja motivação primária era a viabilidade econômica de seus estabelecimentos, o que sugere que a segurança, quando mediada pela escuta e pela CPTED, adquiriu sentido como dimensão da sustentabilidade do empreendimento comercial.

Vale ressaltar, nesse sentido, que a Rede Comércio Seguro não se constitui como iniciativa isolada no território do 1º BPM. A Cartilha CoMvida documenta que ela integra um ecossistema mais amplo de Redes de Proteção que articula, sob a mesma lógica de escuta ativa e diagnóstico participativo ancorado na CPTED, segmentos distintos da comunidade: a Rede Escola Segura, iniciada em setembro de 2025 com quinze gestores escolares do Centro Histórico, e a Rede Vizinhança Segura, voltada aos moradores do entorno e estruturada com foco nos mesmos princípios de vigilância natural e territorialidade. O RVC 2 de maio de 2026 registra a realização de Inventário CPTED na ECIT Raul Córdula como desdobramento direto da Rede Escola Segura, evidenciando que o protocolo de diagnóstico ambiental consolidado na experiência com os comerciantes migrou para outros segmentos comunitários, produzindo a mesma lógica de corresponsabilização em territórios e atores distintos. Esse dado é relevante porque revela uma dinâmica de retroalimentação entre as redes: os comerciantes que operam como "olhos da rua", nos termos de Jacobs (2000), não exercem vigilância natural sobre um espaço vazio de outros atores, mas sobre um território progressivamente corresponsabilizado também por moradores e gestores escolares. De modo que o reposicionamento funcional documentado no âmbito da Rede Comércio Seguro não esgota o processo de coprodução territorial em curso no Varadouro: ele o inaugura como experiência-piloto e o retroalimenta como componente de uma arquitetura participativa mais ampla, cuja investigação integrada constitui agenda de pesquisa em aberto.

Este trabalho apresenta limitações que precisam ser declaradas com precisão. O corpus é inteiramente institucional: todos os documentos analisados foram produzidos pelo ou sob coordenação do próprio 1º BPM, sem fontes externas como pesquisa de vitimização independente, avaliação de órgão de controle ou registro da perspectiva dos comerciantes em linguagem não mediada pela instituição policial. Essa configuração impede afirmações sobre estados subjetivos dos comerciantes, sobre impacto objetivo nos índices criminais ou sobre a sustentabilidade do reposicionamento documentado para além do período analisado. O viés

confirmatório, embora controlado pelos procedimentos metodológicos declarados, não pode ser inteiramente afastado.

Vale ressaltar, nesse sentido, que o corpus documental analisado não esgota os desdobramentos institucionais produzidos pela Rede Comércio Seguro. É possível distinguir três níveis de registro. No primeiro, documentado diretamente pelos sete documentos do corpus, encontram-se a demanda inicial dos comerciantes, o processo de escuta ativa, o cadastramento dos estabelecimentos e as visitas sistemáticas de acompanhamento. No segundo nível, documentado indiretamente por pressuposto operacional, situa-se o policiamento a pé: a Ficha de Cadastramento de Comerciantes Atual e o RVC, preenchidos presencialmente pelos policiais durante as rondas, atestam sua existência como modalidade operacional constitutiva da Rede, convergindo, nesse sentido, com a Cartilha CoMvida: Policiamento Comunitário sob a perspectiva da CPTED, documento de acesso público que descreve o policiamento a pé como vetor estruturante das Redes de Proteção. A triangulação entre um documento de uso interno e um documento público reforça essa inferência. No terceiro nível, ausente do corpus, encontra-se o processo decisório que originou o policiamento a pé, o policiamento Madrugada Segura e a Patrulha de Integração Comunitária como respostas institucionais estruturadas à escuta dos comerciantes. O autor, na condição de pesquisador-praticante com inserção direta na iniciativa, tem conhecimento dessas transformações; contudo, a ausência de registros nos documentos que integram o corpus impede que sejam tratadas como evidências no âmbito desta pesquisa documental. Esse terceiro nível é precisamente onde a hipótese de coprodução política, nos termos de Pestoff (2006), encontra sua condição de possibilidade empírica: se a demanda dos comerciantes induziu a criação de modalidades operacionais estruturadas, o poder decisório sobre as prioridades de segurança poder ter sido, ao menos parcialmente, partilhado, ainda que de forma não institucionalizada nos termos clássicos. Verificar essa hipótese exige fontes independentes e metodologia adequada ao acesso ao processo decisório, o que escapa aos limites desta pesquisa documental.

A agenda de pesquisa que este estudo abre é, portanto, ao menos tão relevante quanto os achados que apresenta. Estudos futuros deverão suprir essas limitações por meio de entrevistas semiestruturadas com os próprios comerciantes, que permitam acessar a perspectiva dos coprodutores sobre sua própria participação; pesquisas de vitimização independente, que possibilitem avaliar o impacto objetivo da Rede sobre a incidência criminal no Varadouro; e avaliação longitudinal, que verifique se o reposicionamento funcional documentado se sustenta ao longo do tempo ou se cede às pressões institucionais que

historicamente tendem a reabsorver iniciativas de policiamento comunitário na lógica reativa e gerencial. A Rede Comércio Seguro oferece, por enquanto, um caso documentado de reposicionamento funcional que convida à investigação continuada sobre sua estabilidade e seus limites.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO JUNIOR, Julio José. **Segurança pública nas rédeas da Constituição: um direito fundamental em (re)construção**. 2025. 473 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BAYLEY, David H.; SHEARING, Clifford D. **The new structure of policing: description, conceptualization and research agenda**. Washington: National Institute of Justice, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- DE MATTIA, Clenia; ZAPPELLINI, Marcello Beckert. Ética e coprodução de serviços públicos: uma fundamentação a partir de Habermas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 573–589, jul./set. 2014.
- FERREIRA, Daniel Victor de Sousa; ROSSONI, Luciano; OLIVEIRA, Cintia Rodrigues de. Lógicas institucionais do policiamento comunitário: esquema analítico e agenda de pesquisa para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 134–162, jan./fev. 2022.
- GUEDES, Adenilson Campos. **Cidades mais seguras: estratégias de design para reduzir o crime**. [s.l.]: Folha da Segurança, 2024. E-book. Disponível em: <https://folhadaseguranca.com.br/e-book-cidades-mais-seguras-estrategias-de-design-para-reduzir-o-crime/>. Acesso em: 05 mai. 2026.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Obra original publicada em 1961).
- LOADER, Ian; WALKER, Neil. **Civilizing security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- MARTINS, Isabela Miranda; FARIAS, Josivania Silva; ANGELO JUNIOR, Lucio Alves. Segurança cidadã: formas de envolvimento e propensão do cidadão à coprodução de segurança pública no Distrito Federal. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 17, n. 2, p. 160–189, mai./ago. 2019.
- NEWMAN, Oscar. **Defensible space: crime prevention through urban design**. New York: Macmillan, 1972.
- OSTROM, Elinor. Crossing the great divide: coproduction, synergy, and development. **World Development**, v. 24, n. 6, p. 1073–1087, 1996.
- PEREIRA, Dayana Cruz; BARROS, Iany Bezerra. **CoMvida: Policiamento Comunitário sob a perspectiva da CPTED**. Bayeux: Polícia Militar da Paraíba, 2026. Disponível em: <https://assets.zyrosite.com/AVL7p2G2rGc8Evvj/manual-15-x-21-cm-jLNdKZlgjtrRbFZy.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2026.
- PESTOFF, Victor. Citizens and co-production of welfare services. **Public Management Review**, v. 8, n. 4, p. 503–519, 2006.
- SENNA DA COSTA, Isângelo. **Prevenção criminal pelo design do ambiente (CPTED) e o medo do crime: teoria, mensuração, efeitos e aplicações**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policiamento comunitário**: questões e práticas através do mundo. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2006.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário**: como começar. Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

VILARDI, Rodrigo Garcia. **Redução da insegurança pública**: política pública de segurança ou política de segurança pública. Estudo de caso. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ANEXO A – FICHA DE CADASTRAMENTO DE COMERCIANTES ANTIGO

RUA RENEGUNDO DE CARVALHO Nº 134		BARRIO: CENTRO
E-MAIL: gprete.joaopereira@paulus.com.br	TEL: (83) 3221-5108 / 99839-0659	
NOME PROPRIETÁRIO: CONGREGAÇÃO DOS PADRES PAULINOS		
GERENTE DO ESTABELECIMENTO: ANA PAULA RODRIGUES DE ARAÚJO		
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: SEG. A SEXTA: 8h às 17h; SÁBADO: 8.30 às 12.30	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS: 10	
PRÉCIO PRÓPRIO OU ALUGADO? PRÓPRIO	HÁ SISTEMA DE CÂMERAS NO ESTABELECIMENTO? SIM.	
POSSUI VIGILÂNCIA PRESENCIAL OU MONITORAMENTO À DISTÂNCIA? NÃO		
HOVE INCIDÊNCIA DE CRIME NO ESTABELECIMENTO, NOS ÚLTIMOS 6 MESES?		HOVE TENTATIVA DE ARROMBAMENTO, PORÉM, SEM ÊXITO.
HOVE REGISTRO DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA, DIANTE DA PRESENÇA DE CRIME?		SIM.
HOVE ARROMBAMENTO NOS ÚLTIMOS 6 MESES?		NÃO.
QUAL HORÁRIO ACONTECEU O ARROMBAMENTO NO ESTABELECIMENTO?		
HOVE REGISTRO DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA, DIANTE DA PRESENÇA DE ARROMBAMENTO?		
QUAIS OS TIPOS DE INCIDÊNCIAS CRIMINAIS OU TENTATIVA - MAIS FREQUENTES, QUE JÁ OCORRERAM? HOVE ALGUMAS TENTATIVAS DE ARROMBAMENTO, PORÉM, OS MELIANTES NÃO CONSEGUIRAM ENTRAR NO ESTABELECIMENTO. DANIFICARAM A PORTA DO 1º ANDAR E FURTARAM OS FIOS DE ENERGIA DOS AR CONDICIONADOS.		
EM QUAL DATA O ESTABELECIMENTO INICIOU AS SUAS ATIVIDADES NESSE LOCAL?		31/07/2016
DATA E HORA: 21/09/13 17:00h	ENTREVISTADO:	
MILITAR RESPONSÁVEL PELA VISITA: Aquiles de SGT PM	NOME: MARCOS JOSÉ SILVA DE MAGALHÃES CPF: 926.266.104-53	
MATRICULA: 516388-9	ASSINATURA: Marcos José Silva de Magalhães	

ANEXO B – FICHA DE CADASTRAMENTO DE COMERCIANTES ATUAL

INFORMAÇÕES GERAIS		
NOME DA EMPRESA: <u>MAHEL</u>	SERVIÇO PRESTADO:	
LOGRADOURO: <u>BARÃO DO TRIUNFO</u>	Nº <u>466</u>	BAIRRO: <u>VARADOURO</u>
E-MAIL: <u>contato@mahelmóveis.com</u>	TEL: <u>3222.1640</u>	CNPJ: <u>09.142.381/0001-18</u>
NOME PROPRIETÁRIO: <u>Nina Passos</u>	PONTO DE REFERÊNCIA:	
GERENTE DO ESTABELECIMENTO: <u>Nina Passos</u>	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS: <u>02</u>	
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: <u>8:00 - 17:00</u>	PRÉDIO PRÓPRIO OU ALUGADO? <u>Próprio</u>	
EM QUAL DATA O ESTABELECIMENTO INICIOU AS SUAS ATIVIDADES NESSE LOCAL? <u>1970</u>		
AVALIANDO A SEGURANÇA DE SEU ESTABELECIMENTO		
	SIM	NÃO
1. A fachada/vitrine permite boa visibilidade para o interior da loja e vice-versa?		✓
2. O acesso aos produtos da vitrine tem algum anteparo ou porta que limite o acesso?		✓
3. Caso haja toldos, estão instalados acima da linha da porta para não reduzir o campo de visão?		✓
Caso o estabelecimento não tenha toldo, não responda a questão 3.		
4. Se o estabelecimento é de esquina, há vitrine nas laterais, ou portas que permitam visibilidade?		✓
Caso o estabelecimento não seja de esquina, não responda a questão 4.		
5. As prateleiras têm altura máxima de 1,2m? (OBS: As prateleiras encostadas podem ter altura maior).		✓
6. As prateleiras possuem visibilidade para o outro lado? Fundo que permite visualizar o outro lado.		
Caso o estabelecimento não tenha prateleiras, não responda às questões 5 e 6.		

Digitalizado com CamScanner

24. Possui câmera de vídeo monitoramento?		✓
Caso a resposta seja "SIM", responda as perguntas "a", "b", "c" e "d". Caso a resposta seja "NÃO" pule para a pergunta seguinte.		
a. Há espelhos ou câmeras de monitoramento nos pontos cegos?		✓
b. As câmeras permitem a identificação de pessoas próximas ao caixa?		✓
c. O sistema de câmeras é acompanhado por algum profissional?		✓
d. Há gravação das câmeras em DVR?		✓
AVALIANDO COMO FOI A SEGURANÇA DO SEU ESTABELECIMENTO NO ÚLTIMO ANO		
1. Houve arrombamento em seu estabelecimento no último ano?	<u>NÃO</u>	
Caso a resposta seja "SIM", responda as perguntas "a", "b" e "c". Caso a resposta seja "NÃO" pule para a pergunta 2.		
a. Qual o horário que aconteceu o arrombamento no estabelecimento?		
b. Houve registro de boletim de ocorrência, diante da ocorrência de arrombamento?		
c. O que foi levado do seu estabelecimento?		
2. Houve incidência criminais ou tentativas em seu estabelecimento no último ano?	<u>NÃO</u>	
Caso a resposta seja "SIM", responda as perguntas "a", "b" e "c". Caso a resposta seja "NÃO" pule para a pergunta 3.		
a. Qual foi o crime?		
b. Qual o horário que aconteceu o crime?		
c. Houve registro de boletim de ocorrência?		
3. Visualizou ou soube de algum crime nas proximidades de seu estabelecimento durante o último ano?	<u>NÃO</u>	
Caso a resposta seja "SIM", responda as perguntas "a" e "b".		
a. Qual foi o crime?		
b. Qual o horário que aconteceu o crime?		

Digitalizado com CamScanner

entradas ou fundos da loja).			✓
9. O caixa está instalado de modo a dificultar a visualização dos valores existentes?			✓
10. A sangria é realizada em horários aleatórios?			✓
11. Há destinação correta de resíduos? (Coleta seletiva)	✓		✓
12. Jardins e calçadas estão em boas condições?	✓		
13. Todos os produtos estão expostos na parte interna da loja?	✓		
14. Há dispositivo de segurança para objetos pequenos de maior valor?	✓		
15. Há lâmpadas externas em funcionamento após o fechamento da loja?			✓
16. A loja possui sensor de presença para acionar dispositivo de segurança quando a loja está fechada?			✓
17. Há rede de contato com outros comerciantes?	✓		
18. Há segurança privada?	✓		
19. Há outras barreiras ou medidas de Segurança:			
Caso a resposta seja "SIM", escreva quais:			
20. Possui alvará de funcionamento?	✓		
21. Possui vistoria do corpo de bombeiros?	✓		
22. Possui extintor de incêndio?	✓		
Em relação às questões 20, 21, 22, a pergunta não é para fins de fiscalização, mas sim avaliar os riscos dos comércios para possíveis acidentes.			
23. O estabelecimento possui laje?			✓
Caso a resposta seja "NÃO" qual o tipo de forro possui no teto?		Maduranto	

ANEXO C – RELATÓRIO DE VISITA COMERCIAL - RVC

09/06/2026, 11:46

RVC - Relatório de Visita Comercial

RVC - Relatório de Visita Comercial

Visita da Rede Comércio Seguro.

ORIENTAÇÕES: durante o diálogo é importante colher com o comerciante qualquer situação que esteja influenciando na segurança do local ou da rua, exemplo: se houve **ocorrência recentemente** e como aconteceu, se a **iluminação pública** está boa ou prejudicada, se houve **pichação do comércio** e afins.

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. Data *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

2. Turno da visita *

Marcar apenas uma oval.

☐ Manhã

☐ Tarde

3. Policiais Militares responsáveis pela visita *

4. Empresa/Comércio *

09/06/2026, 11:46

RVC - Relatório de Visita Comercial

5. Endereço *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Rua Barão do Triunfo
- ☐ Peregrino de Carvalho
- ☐ Av. B. Rohan
- ☐ Rua Padre Azevedo
- ☐ Rua Maciel Pinheiro
- ☐ Rua Riachuelo
- ☐ Rua da República
- ☐ Outro:

6. Responsável pelo estabelecimento (com quem foi mantido contato): *

7. Alterações / Demandas (Se houve **ocorrência** recentemente e se algo está atrapalhando a segurança, exemplo: **iluminação, moradores de rua, pichação** e afins.) *

8. Anexar fotos das alterações / demandas (Se houver)

Arquivos enviados:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

https://docs.google.com/forms/d/1yrtwsF7LsT0_MYYfNgUfO2x4qiPk3f3_g7F4bNhzo/edit

ANEXO D – RELATÓRIO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA (RVC 2)

COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA

1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

BATALHÃO CEL PM ELIAS ALVES BARBOZA

INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA-RELATÓRIO DO Mês DE MAIO/26

- Representação Institucional e Capacitação Interveniente
- Gestão Pública: Inclusão do 1º TEN Weslen na câmara técnica da SUDEMA, com foco na fiscalização de sucatas irregulares, combatendo a receptação de materiais.
- Capacitação Interna: Realização de palestra sobre CPTED (Prevenção Criminal através do Design Ambiental) para o efetivo administrativo do 1º BPM (11/05).
- Formação de Praças: Instrução sobre o programa CoMvida para os alunos do Curso de Formação de Soldados (CFSD) nos dias 15 e 21/05.

2. Rede Comércio Seguro

- Produtividade: 124 visitas comerciais realizadas.
- Análise de Ocorrências: o 20/05: Roubo consumado (dois celulares) no estabelecimento Chaves Móveis

Planejados.

o 22 e 26/05: Tentativa de assalto com simulacro na Salgateria Rainha Brasileira (Rua Padre Azevedo).

3. Rede Escola Segura

- Produtividade: 39 visitas escolares realizadas.
- Ciclo de Palestras: Início das palestras sobre "Uso de Drogas e Criminalidade", com atividades nas escolas Raul Córdula (13/05), Antônio Pessoa (28/05), Dom Adauto (29/05) e Horácio de Almeida (26/05).
- Diagnóstico Técnico: Realização de Inventário CPTED na ECIT Raul Córdula (27/05), visando melhorias na segurança orgânica da unidade escolar.
- Integração Social: Participação da Patrulha de Integração no "Dia da Família" na EMAI Santos Dumont (29/05).
- Representação: O Tenente Weslen passou a integrar o Conselho sobre Políticas de Drogas da EEEFM Profª Maria Geny S. Timóteo. eão--Pessoa -PB, 03 de Junho de 2026

A NHO DOS SANTOS -1º TEN PM QOEM

**ANEXO E – DIAGNÓSTICO DE MORADORES DE RUA NA MALHA CENTRAL
DE JOÃO PESSOA - 2022**



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
BATALHÃO CEL PM ELIAS ALVES BARBOZA

Diagnóstico de Moradores de Rua na malha Central de João Pessoa

2022





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
BATALHÃO CEL PM ELIAS ALVES BARBOZA

W
U
D
N

01.

Introdução

02.

Guerra de Narrativas Vs
Segurança Pública

03.

Perspectiva da Segurança
Pública

04.

Mapeamentos Diversos

05.

Outras informações relevantes

06.

Integração de conteúdos

07.

Ações de Segurança Pública





INTRODUÇÃO

O problema dos moradores de rua não é exclusividade da paraíba, tampouco do Brasil. Na Califórnia, um dos estados mais ricos dos Estados Unidos, várias cidades sofrem com a incidência de moradores de rua pelos centros das cidades como São Francisco e Los Angeles.

Dessa forma, verificamos que o problema de incidência dos "sem teto" não é apenas relacionado à pobreza material do país, estado, cidade ou bairro onde vivem. Esse é um problema multifatorial que inclui economia, educação, segurança, geopolítica, aspectos sociológicos, políticos, culturais, etc, portanto, é um assunto extremamente complexo.

No centro de João Pessoa há cerca de 130 moradores de rua, que vivem na extrema pobreza, dependem, em sua maioria, de caridade além de enfrentarem outras dificuldades de sobrevivência, como um teto, banheiro, pertences, etc.

Como se sua situação não já fosse terrível, muitos sofrem preconceito dos transeuntes e violência por parte de outros moradores de rua. Ademais, em algum momento de sua permanência nas ruas, adquirem doenças a exemplo de sífilis, aids, tuberculose, doenças de pele, etc, vícios em álcool, maconha, crack, cola e tantas outras formas de degradação.

Não menos lamentável, além de todas essas dificuldades materiais, sociais e existenciais, algumas dessas pessoas estão se envolvendo em crimes na área do centro, notadamente furtos, violações de estabelecimentos e residências, tráfico de drogas, porte, consumo, roubo, homicídio e vários outros crimes e contravenções.





GUERRA DE NARRATIVAS

Além da questão da extrema carência material se fala também nos transtornos que os moradores de rua causam nos locais onde dormem e por onde passam o dia, além do envolvimento DE ALGUNS com o crime.

Não há como questionar a miséria e limitação material com a qual um morador de rua vive. Não têm recursos para arcar um teto ou bens materiais. Os poucos recursos que conseguem servem apenas para manterem-se vivos.

Contudo, dada a necessidade de dormirem abrigados sob marquises, toldos ou mesmo ao relento na frente de comércios e residências, causam uma série de transtornos como embriaguez, dejetos, atos atentatórios ao pudor, conflitos com transeuntes, crimes e tantas outras situações.

Foram
identificados
cerca de 24
locais de
permanência de
moradores de
rua na área do
Centro da
Capital





PERSPECTIVA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO DA GUERRA DE NARRATIVAS

Dada a missão constitucional da Polícia Militar contida nos artigos 42 e 144 da referida carta, o foco da segurança pública é a manutenção da ordem pública, o patrulhamento ostensivo das ruas e o atendimento de ocorrências solicitadas pela população.

Nesse caso, nos últimos meses, há postagens em redes sociais, vídeos de violações de estabelecimentos e relatos de transeuntes, comerciantes e moradores da área do centro, se queixando dos frequentes prejuízos materiais, danos e transtornos causados pelos residentes das vias públicas.

01

Perspectiva dos Aspectos Jurídicos

Abordagem a moradores de rua:

- Art 240, 244 e 249 CPP - Busca Pessoal
- Art 301 CPP - Se houver flagrante
- Art 30 LINDB - Abordagem

Crimes (ocorrências já registradas envolvendo moradores de rua na 5ª Cia):

- Art 121 CP - Homicídio
- Art 129 CP - Lesão Corporal
- Art 146 CP - Constrangimento Ilegal
- Art 147 CP - Ameaça
- Art 150 CP - Violação
- Art 155 CP - Furto
- Art 157 CP - Roubo
- Art 163 CP - Dano
- Art 180 CP - Receptação
- Art 233 CP - Ato Obsceno
- Art 329 CP - Resistência
- Art 330 CP - Desobediência
- Art 331 CP - Desacato
- Art 345 CP - Exercício Arbitrário das próprias razões
- Art 28 LAD (11.343/06) - Porte de Drogas
- Art 14 ED (10.826/03) - Porte de arma/munição





PERSPECTIVA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO DA GUERRA DE NARRATIVAS

01

Contravenções:

- Art 19 LCP - Porte de arma
- Art 21 LCP - Vias de Fato
- Art 37 LCP - Conduta incivilizada
- Art 40 LCP - Desordem
- Art 42 LCP - Perturbação do Sossego
- Art 62 LCP - Embriaguez e desordem
- Art 68 LCP - Recusa de identificação/declarações inverídicas

02

Perspectiva das repercussões em intervenções policiais

Dada a narrativa da vulnerabilidade social dos moradores de rua, nem sempre o jornalismo e a opinião pública apoiam qualquer tipo de ação policial, mesmo que seja estritamente em seus aspectos constitucionais/jurídicos.

Em outros estados, à exemplo do Estado de São Paulo, houve repercussões negativas contra a PMESP em seu processo de cadastramento e ações de segurança pública na "cracolândia".

Dessa forma, toda e qualquer ação policial no sentido de planejamento, diagnóstico, atendimento de ocorrências, são fatores que podem ensejar publicidade danosa à corporação.

Portanto, é importante o debate público acerca das narrativas conflitantes, a visão dos moradores de rua, a visão de suas vítimas e das pessoas que têm que conviver com eles, assim como entes públicos envolvidos, tanto oficiais quanto não governamentais.

03

Perspectiva da insalubridade

Não menos importante são os riscos epidemiológicos/sanitários envolvidos no trato com os residentes de via pública.

Há dados relacionando a incidência de várias doenças infecto-contagiosas à exemplo de hepatite, sífilis, mononucleose, tuberculose, AIDS, hanseníase e outras que podem ser transmitidas de várias formas durante intervenções policiais, assim como para pessoas que têm contato mais aproximado com os moradores de rua.





MAPEAMENTO

Para fins de planejamento, avaliação e diagnóstico situacional, seguem vários mapas relacionados ao tema em análise.

Mapa	Descrição	Comentários
Locais de dormida de moradores de rua	Mapeamento dos locais onde rotineiramente os moradores de rua se reúnem para dormir	- Há variações de locais dependendo do clima e outros fatores - Há chegada e saída de "sem teto" da região
Locais de CVPs e violações de residência e estabelecimentos	Mapeamento de locais de incidência de Crimes Violentos Patrimoniais	Possível atuação de moradores de rua
Locais de CVLIs	Mapeamento de locais de incidência de Crimes violentos letais intencionais	Vítimas ou acusados sendo moradores de rua
Localização de Sucatas e possíveis locais de receptação e tráfico de entorpecentes	Mapeamento de sucatas que pagam por objetos recicláveis como cobre, ferro, alumínio, etc	Locais indicados como sendo envolvidas com o tráfico e que recebem objetos furtados/roubados em troca de drogas.
Locais de atuação de ONGs	Mapeamento dos locais mais comuns de distribuição de alimentos	Além de moradores de rua, há pessoas pobres do entorno que também recebem alimentos

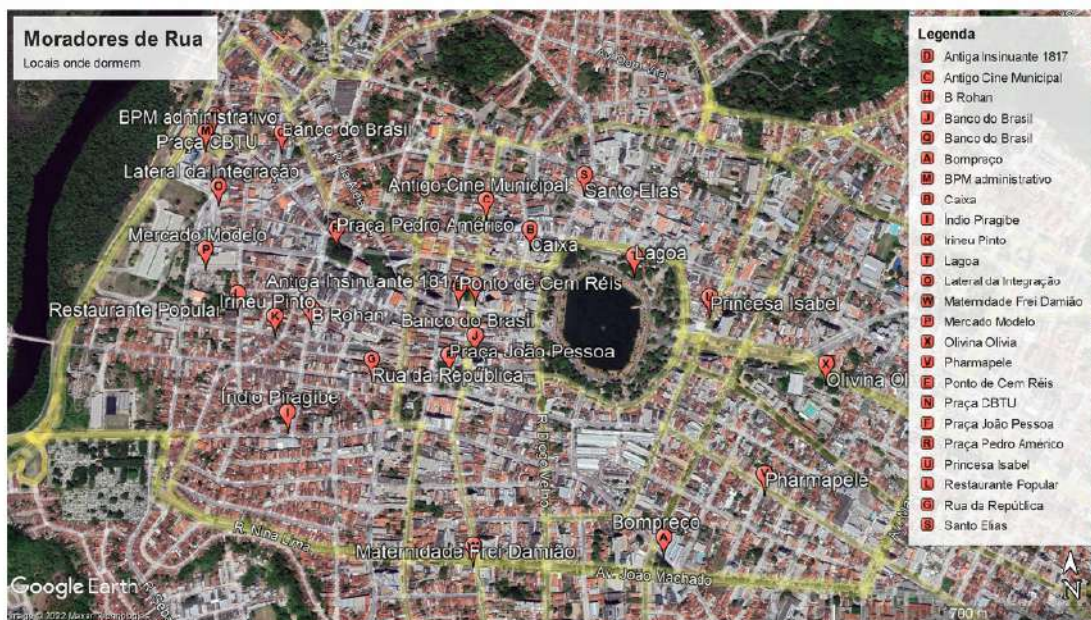




01

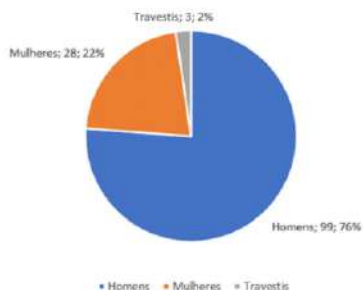
Mapeamento - Locais onde dormem

Mapeamento de 24 locais principais onde moradores de rua dormem na área do centro, tanto individualmente quanto em grupos. Também são vistos dormindo em outros locais.



Id	Referência	Endereço	Id	Referência	Endereço
A	Bompreço	Avenida João Machado, 57	M	Batalhão Administrativo	Rua General Lima Mindelo
B	Caixa	Rua 13 de Maio	N	Praça Dr. Napoleão Laureano	Avenida Sanhaú
C	Antigo Cine Municipal	Avenida Visconde de Pelotas, 258	O	Terminal de Integração	Rua Desembargador Trindade
D	Antiga Insinuante	Avenida Visconde de Pelotas, 455	P	Mercado Modelo	Rua Cicero Meireles
E	Ponto de 100 Réis	Avenida Visconde de Pelotas	Q	Banco do Brasil	Rua Gama e Melo, 121
F	Praça João Pessoa	Avenida Visconde de Pelotas	R	Praça Pedro Américo	Rua Guedes Pereira
G	Frete de Comércio	Rua da República	S	Frete de Comércio	Rua Santo Elias
H	Frete de Comércio	Rua B Rohan	T	Lagoa	Parque Sólton de Lucena
I	Esquina com B Rohan	Rua Indio Piragibe	U	Frete de Comércio	Avenida Princesa Isabel
J	Banco do Brasil	Praça 1817	V	Pharmapele	Avenida D. Pedro II, 888
K	Frete de Comércio	Rua Irineu Pinto	W	Maternidade Frei Damião	Avenida João Machado, 212
L	Restaurante Popular	Rua Maciel Pinheiro, 698	X	EEEFM Prof. Olivina Olívia	Avenida Duarte da Silveira, 450

Quantidade de Moradores de rua na Malha Central



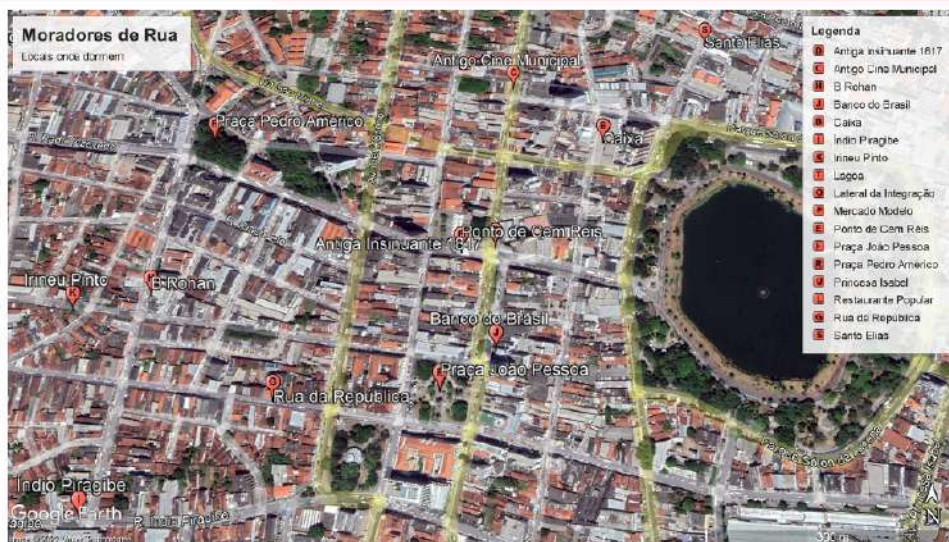
Moradores de Rua	Quantidade
Homens	99
Mulheres	28
Travestis	3



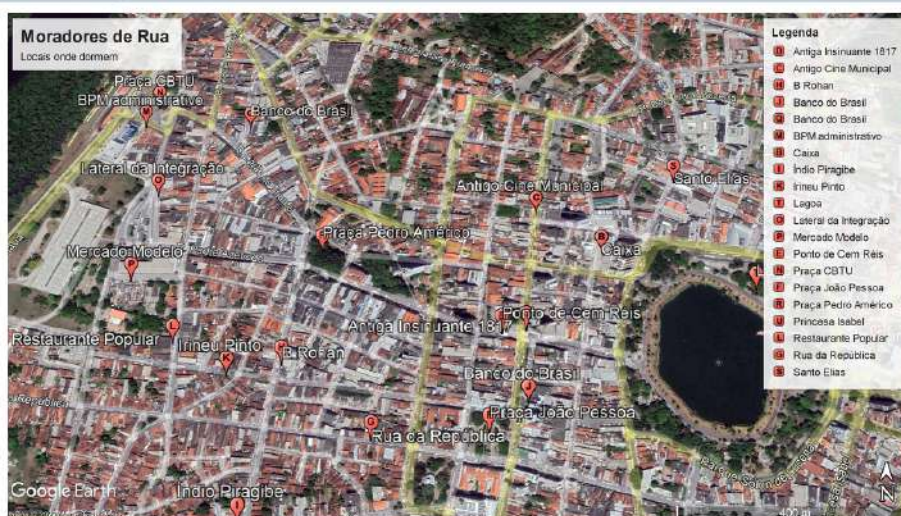


01

Mapeamento - Locais onde dormem



Id	Referência	Endereço	Id	Referência	Endereço
A	Bompreço	Avenida João Machado, 57	M	Batalhão Administrativo	Rua General Lima Mindelo
B	Caixa	Rua 13 de Maio	N	Praça Dr. Napoleão Laureano	Avenida Sanhaú
C	Antigo Cine Municipal	Avenida Visconde de Pelotas, 258	O	Terminal de Integração	Rua Desembargador Trindade
D	Antiga Insinuante	Avenida Visconde de Pelotas, 455	P	Mercado Modelo	Rua Cicero Meireles
E	Ponto de 100 Réis	Avenida Visconde de Pelotas	Q	Banco do Brasil	Rua Gama e Melo, 121
F	Praça João Pessoa	Avenida Visconde de Pelotas	R	Praça Pedro Américo	Rua Guedes Pereira
G	Frete de Comércio	Rua da República	S	Frete de Comércio	Rua Santo Elias
H	Frete de Comércio	Rua B Rohan	T	Lagoa	Parque Sólton de Lucena
I	Esquina com B Rohan	Rua Indio Piragibe	U	Frete de Comércio	Avenida Princesa Isabel
J	Banco do Brasil	Praça 1817	V	Pharmapele	Avenida D. Pedro II, 888
K	Frete de Comércio	Rua Irineu Pinto	W	Maternidade Frei Damião	Avenida João Machado, 212
L	Restaurante Popular	Rua Maciel Pinheiro, 698	X	EEEFM Prof. Olivina Olívia	Avenida Duarte da Silveira, 450

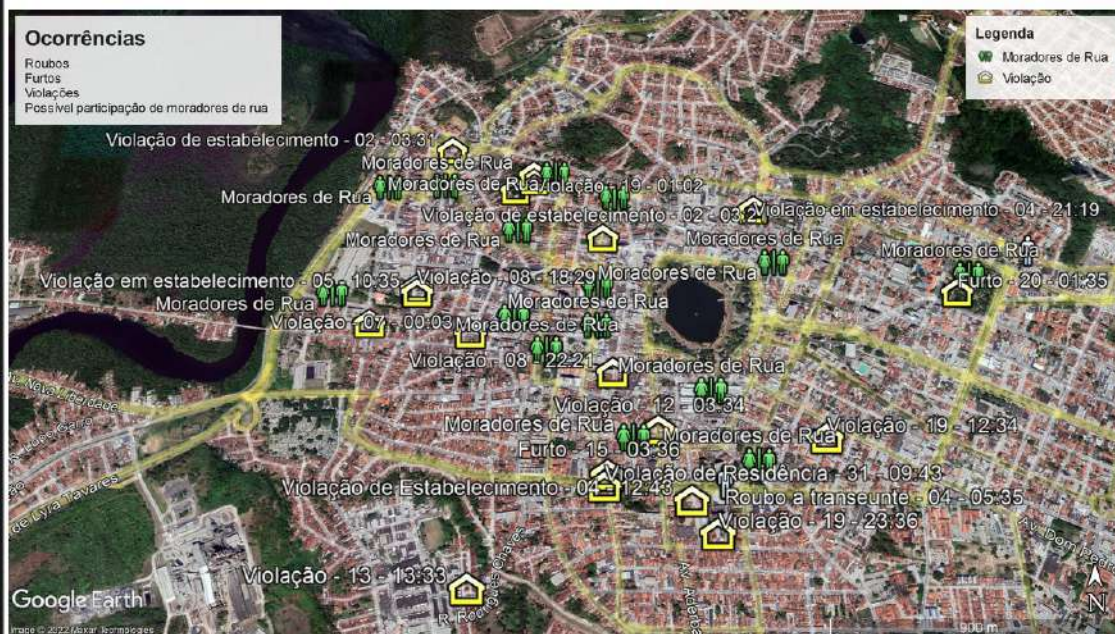




02

Mapeamento - Ocorrências envolvendo moradores de rua

Mapeamento de várias ocorrências durante o mês de junho de 2022 na área do centro envolvendo moradores de rua. Inclui, Roubos, Furtos e violações.



Ocorrência	Número de registro CIOP	Ocorrência	Número de registro CIOP
Furto	PM2022.0615.0336 00033	Violação	PM2022.0612.0334 00102
Violação	PM2022.0702.1305 00183	Violação	PM2022.0612.2057 00484
Violação	PM2022.0619.0102 00032	Roubo a Transeunte	PM2022.0613.1038 00109
Violação	PM2022.0619.1234 00218	Violação	PM2022.0613.1333 00153
Violação	PM2022.0619.2336 00521	Violação de Estabelecimento	PM2022.0602.0321 00035
Furto	PM2022.0620.0135 00038	Violação de Estabelecimento	PM2022.0602.0331 00036
Violação	PM2022.0607.0003 00003	Violação em Estabelecimento	PM2022.0602.1500 00168
Violação	PM2022.0607.2335 00286	Roubo a Transeunte	PM2022.0604.0535 00114
Violação	PM2022.0608.0707 00045	Violação de Estabelecimento	PM2022.0604.1243 00225
Violação	PM2022.0608.1829 00213	Violação em Estabelecimento	PM2022.0604.2119 00438
Violação	PM2022.0608.2221 00281	Violação em Estabelecimento	PM2022.0605.1035 00194
Violação	PM2022.0609.0550 00056	Violação de Estabelecimento	PM2022.0531.0647 00042
Violação	PM2022.0611.0054 00023	Violação de Residência	PM2022.0531.0943 00067





02

Mapeamento - Ocorrências envolvendo moradores de rua



Ocorrência	Número de registro CIOP	Ocorrência	Número de registro CIOP
Furto	PM2022.0615.0336 00033	Violação	PM2022.0612.0334 00102
Violação	PM2022.0702.1305 00183	Violação	PM2022.0612.2057 00484
Violação	PM2022.0619.0102 00032	Roubo a Transeunte	PM2022.0613.1038 00109
Violação	PM2022.0619.1234 00218	Violação	PM2022.0613.1333 00153
Violação	PM2022.0619.2336 00521	Violação de Estabelecimento	PM2022.0602.0321 00035
Furto	PM2022.0620.0135 00038	Violação de Estabelecimento	PM2022.0602.0331 00036
Violação	PM2022.0607.0003 00003	Violação em Estabelecimento	PM2022.0602.1500 00168
Violação	PM2022.0607.2335 00286	Roubo a Transeunte	PM2022.0604.0535 00114
Violação	PM2022.0608.0707 00045	Violação de Estabelecimento	PM2022.0604.1243 00225
Violação	PM2022.0608.1829 00213	Violação em Estabelecimento	PM2022.0604.2119 00438
Violação	PM2022.0608.2221 00281	Violação em Estabelecimento	PM2022.0605.1035 00194
Violação	PM2022.0609.0550 00056	Violação de Estabelecimento	PM2022.0531.0647 00042
Violação	PM2022.0611.0054 00023	Violação de Residência	PM2022.0531.0943 00067



1º BPM/5ª CIA - DIAGNÓSTICO SOBRE MORADORES DE RUA

11

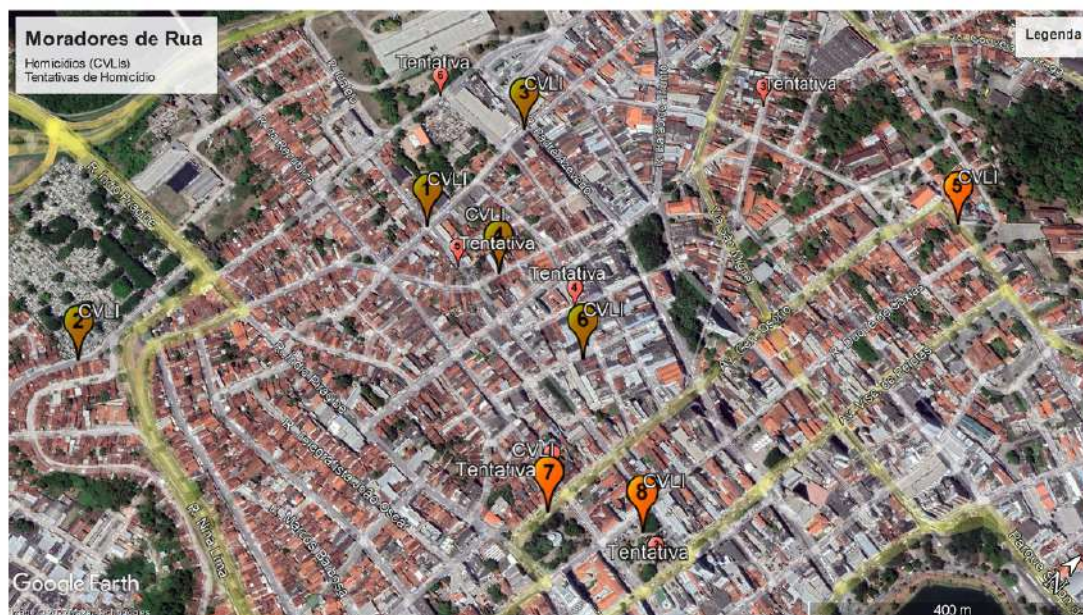




03

Mapeamento - Incidências de CVLIs

Mapeamento de alguns Crimes Violentos Letais Intencionais cometidos contra moradores de rua. Alguns perpetrados por moradores de rua.



Homicídios (CVLIs)			Tentativa de Homicídio		
Id	Local	Registro CIOP	Id	Local	Registro CIOP
1	Rua Maciel Pinheiro	PM2021.0901.0526 00032	1	Rua da República	PM2021.0224.0603 00047
2	Rua do Cemitério	PM2021.0903.0034 00016	2	Praça João Pessoa	PM2021.0612.2357 00945
3	Rua do Shopping Varadouro	PM2021.0904.1925 00425	3	Rua da Areia	PM2021.0630.0111 00027
4	Rua Amaro Coutinho	PM2021.0317.1313 00149	4	Rua da República	PM2021.0312.0238 00029
5	Lateral da Catedral	PM2021.0417.1112 00191	5	Rua Irineu Pinto	PM2021.0313.0025 00024
6	Rua Tenente Retumba	PM2021.0503.0313 00056	6	Na Frente da rodoviária	PM2021.0418.0030 00042
7	Lateral do Pavilhão do Chá	PM2021.0515.1518 00255			
8	Praça João Pessoa	PM2021.0604.1037 00122			





04

Mapeamento - Locais de atuação de ONGs

A igreja católica e Organizações Não Governamentais de caridade, fornecem diariamente alimento, agasalhos, vestimentas e cobertores aos moradores de rua.

No Largo de São Francisco a Igreja Católica fornece alimentação, lavagem de roupas, café da manhã e almoço todos os dias para os moradores de rua.

Além dos moradores de rua, residentes de comunidades do entorno dos locais de distribuição, apesar de terem onde morar, entram na fila e disputam a caridade com os moradores de rua.



	Locais de Atuação - Jantar	ONG responsável
Segunda-feira	Caixa Mercado Central	Pastoral Segunda Solidária Amigos Solidários
Terça-feira	Centro – itinerante	Voluntários do Bem
Quarta-feira	Centro – itinerante	Pastoral N Sra de Fátima Pastoral Partilhando Esperança Paróquia N Sra de Lourdes
Quinta-feira	Centro - itinerante Comunidade Recomeçar	Voluntários do Bem Multiplikação
Sexta-feira	Centro - itinerante Caixa econômica	Casa Monsenhor Catão Pastoral Amor Solidário Projeto Voluntários por amor Obra Lumen
Sábado	Centro – itinerante Caixa Praça dos três poderes	Projeto Doar-se Projeto Mãos que cuidam
Domingo	Centro - itinerante	Projeto Pietá (almoço) Projeto Buon Amigo (quinzenal) Projeto Travel's PB (quinzenal)





04

Mapeamento - Locais de atuação de ONGs



Avenida B Rohan

Um dos locais onde há atuação das ONGs, conforme tabela acima, é a Avenida B Rohan, onde organizações cristãs realizam ações sociais à exemplo de banho, distribuição de alimentos, vestimentas, agasalhos, cobertores.

Além disso também realizam comemorações temáticas como o dia das crianças, dia das mães, etc.

Além dos moradores de rua, pessoas que moram nas comunidades do entorno frequentam o local para pegar alimentos e os demais itens que são distribuídos.

Durante a realização dessas ações de caridade sempre há conflitos e desentendimentos entre moradores de rua ou entre eles e a organização.

Uma vez que alguns moradores de rua acham que são ações públicas feitas por funcionários públicos, se acham no direito de exigir demandas como comida à mais, passar à frente na fila ou não ter que participar das orações antes da distribuição dos alimentos.

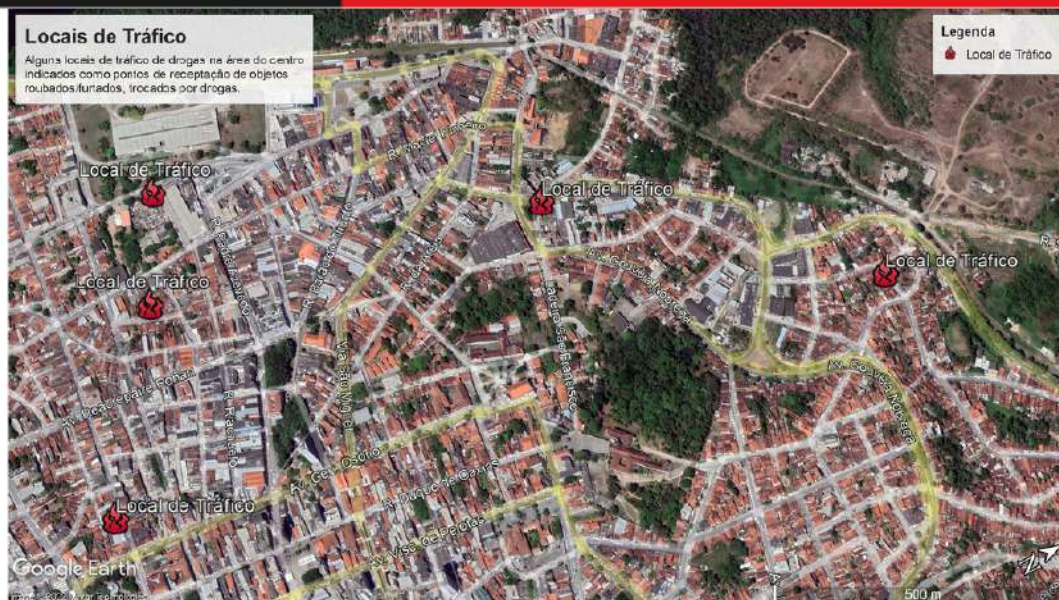




05

Mapeamento - Locais possíveis de recepção de produtos de roubo/furto/violação

Mapeamento de vários locais do entorno da área do Centro de João Pessoa onde há possibilidade de haver recepção de produtos subtraídos de terceiros por moradores de rua.



Há relatos de moradores locais e registro de ocorrências que nos "Locais de Tráfico" mapeados há movimentação de moradores de rua que trocam objetos roubados/furtados por drogas.

Sucatas do entorno compram cobre, alumínio e ferro. Há ocorrências de furto de fios de cobre, serpentinas de ar condicionado de cobre e/ou alumínio e portões de ferro ou alumínio envolvendo moradores de rua. Não há provas, contudo podemos inferir que há uma relação entre esses crimes e as sucatas.





OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Além das narrativas, perspectiva da segurança pública e mapeamentos, destacamos algumas informações que são relevantes para qualquer intervenção acerca do diagnóstico.

Segundo informações levantadas durante o atendimento de ocorrências e outras intervenções policiais envolvendo moradores de rua, há outras nuances que devem ser observadas além das já apresentadas.

01

Aliciamento de moradores de rua por facções criminosas

Há relatos que moradores de rua são aliciados por facções criminosas tanto para tráfico de drogas ("aviãozinho") quanto para violação de estabelecimentos comerciais durante a madrugada, à exemplo de lojas de roupas e peças automotivas, onde criminosos de Cabedelo, Santa Rita e Bayeux, supostamente aliciaram moradores de rua para cometerem violações a estabelecimentos, trocando o produto das violações por drogas.

02

Dificuldade ou impossibilidade de persecução criminal

Mesmo quando há prisão de moradores de rua, dada a inexistência de endereço fixo, há dificuldade ou impossibilidade de responderem por seus crimes na forma da lei.

03

Vício em drogas e saúde pública

Das informações levantadas, sustentar o vício em drogas é o motivo mais incidente para participação de moradores de rua em crimes.





INTEGRAÇÃO DE CONTEÚDOS

Segue algumas ocorrências onde houve participação de moradores de rua, no sentido de contextualizar todas as informações levantadas até o momento.

01

Ocorrências na Academia Paraibana de Letras

Presidente da academia paraibana de letras fez postagem em rede social demonstrando o drama das sucessivas violações da sede da APL.

02

Ocorrências na Avenida Marciel Pinheiro

Várias lojas já foram violadas na Av. Marciel Pinheiro.

Em uma das ocasiões uma das envolvidas, moradora de rua, chegou a ser conduzida à delegacia para abertura de portaria.

Dada a condição de moradora de rua, certamente haverá dificuldades em dar prosseguimento ao feito jurídico.

03

Ocorrências na Avenida General Osório

Além dos transtornos nas lojas, escritórios de advocacia também foram violados onde houve subtração de computadores e outros bens. Advogado relatou que o furto de um computador significa que dezenas de horas de dedicação profissional que são perdidas, caso não haja backup de seus processos.

Os donos de algumas lojas também relataram a imensa dificuldade em atualizar todas as informações fiscais após o furto de computadores e outros objetos de suas lojas.

Muitas vezes tais computadores são trocados por drogas.

04

Ocorrências em lojas confecções de surf

Duas lojas de confecções de surf foram violadas em um período de uma semana.

Na semana do dia 30 de junho uma loja de surf foi violada e furtada na avenida D. Pedro II durante a madrugada. Há relatos de moradores de rua ajudando na ação e adentrando o local após a primeira ação criminosa.

Na semana seguinte, na R 13 de maio, houve violação a outra loja de surf onde moradores de rua ajudaram na fuga dos criminosos que violaram o estabelecimento, além de pegarem várias sacolas com produtos.

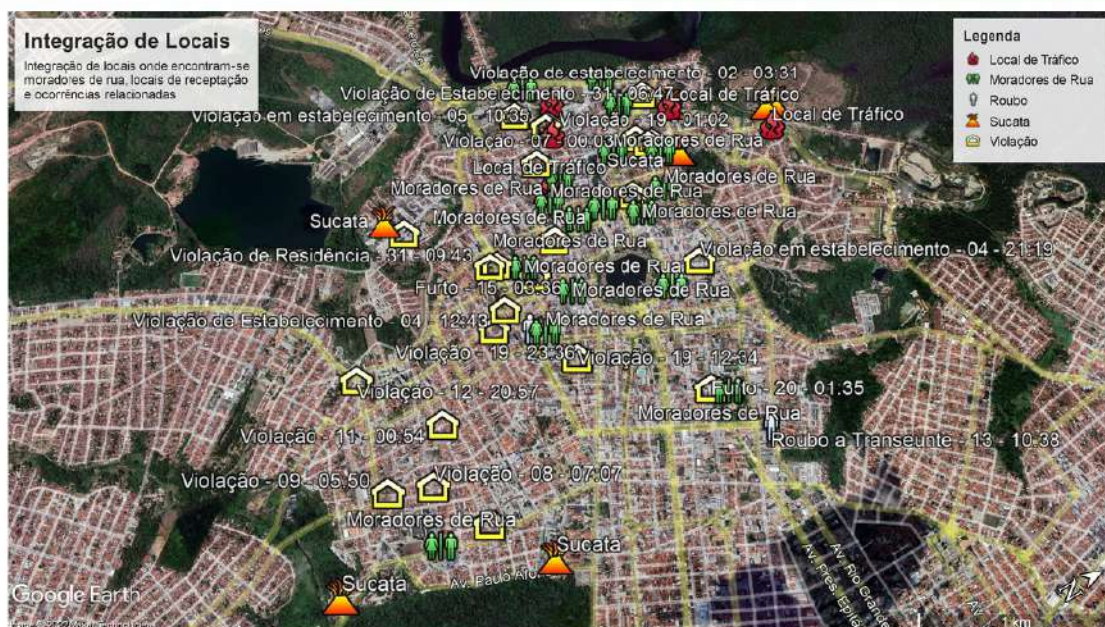




05

Mapeamento - Relações dos locais de dormida de moradores de rua, ocorrências, locais de recepção

Mapeamento relacionando locais de dormida de moradores de rua, locais de incidência criminal (roubos/furtos/violações) e locais de recepção de produtos de crime (Locais de Tráfico e sucatas).



Nos locais de tráfico de drogas, há relatos de moradores do entorno que ao longo da madrugada, moradores de rua passam carregando objetos para trocar por drogas. Um dos locais onde há essas atividades é no Baixo Roger, na Rua Henrique Azevedo. Há registros de prisões feitas pela PM no local. A casa possui até câmeras para visualizar a movimentação da rua.





06

Alguns flagrantes capturados por câmeras de vigilância envolvendo moradores de rua

Imagens de câmeras de vigilância compartilhadas por locais vítimas de violações flagram moradores de rua cometendo crimes.



Flagra na Avenida General Osório. Morador de rua rouba câmera de segurança e tenta violar estabelecimento comercial.



Câmeras no interior de um estabelecimento na Avenida Marciel Pinheiro flagram moradores de rua subtraindo objetos. Horas depois a moradora de rua é localizada vestindo a mesma roupa usada durante o crime.



Outros estabelecimentos violados ao longo da madrugada na Av. Marciel Pinheiro.



Ocorrência na Av Duque de Caxias. Ar condicionado é levado para subtração de cobre.

1º BPM/5ª CIA - DIAGNÓSTICO SOBRE MORADORES DE RUA

19





07

Extratos de relatos em redes sociais e imprensa noticiando crimes relacionados a moradores de rua

Brasil

Câmeras flagram arrombamento a escritório de advocacia em João Pessoa

Na ação, um homem conseguiu entrar no local por um buraco que fica no banheiro destinado aos clientes.

Para TC
22/09/2021 16:23, atualizado em 22/09/2021 16:22



Câmeras do circuito de segurança de um empreendimento comercial da Rua General Osório, no Centro de João Pessoa, flagram o arrombamento de um escritório de advocacia, na madrugada desta quarta-feira (22/9). Na ação, um homem conseguiu entrar no local por um buraco que fica no banheiro destinado aos clientes.

Notícias Policiais

Atualizado em 22/09/2021

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100

Arrombamento

Bandidos arrombam loja no Centro de João Pessoa

Os criminosos usaram um pé de cabra para abrir o estabelecimento. Eles fugiram levando vários aparelhos de celulares, além de equipamentos eletrônicos.

Compartilhe
Facebook
Twitter
WhatsApp
Imprimir



Os criminosos usaram um pé de cabra para abrir o estabelecimento. Eles fugiram levando vários aparelhos de celulares, além de equipamentos eletrônicos.

A polícia ainda não sabe a identidade dos criminosos. Imagem das câmeras de segurança instaladas no local, sendo usadas para identificar os suspeitos.

O proprietário não informou o valor do prejuízo.

Comentários (0)

Compartilhe



Curtido por jailso57 e outras 11 pessoas portalnoticiaspb Na madrugada desta quarta-feira (6), uma loja foi violada por bandidos, no Centro de João Pessoa. O crime foi registrado na Rua Treze de Maio. De acordo com a Polícia Militar, os criminosos chegaram a arrombar o estabelecimento - destruindo as portas de ferro e vidro - e levar dezenas de peças. Os homens contavam com o suporte de um veículo, que estava nas imediações do estabelecimento. No entanto, ao recolher parte do material, eles resolveram abandonar itens porque viram uma viatura da polícia e fugiram. Até a publicação desta matéria não havia confirmação sobre a prisão dos suspeitos. O caso deve ser investigado. Também não há detalhes sobre o prejuízo causado ao empresário.

Sigam @portalnoticiaspb





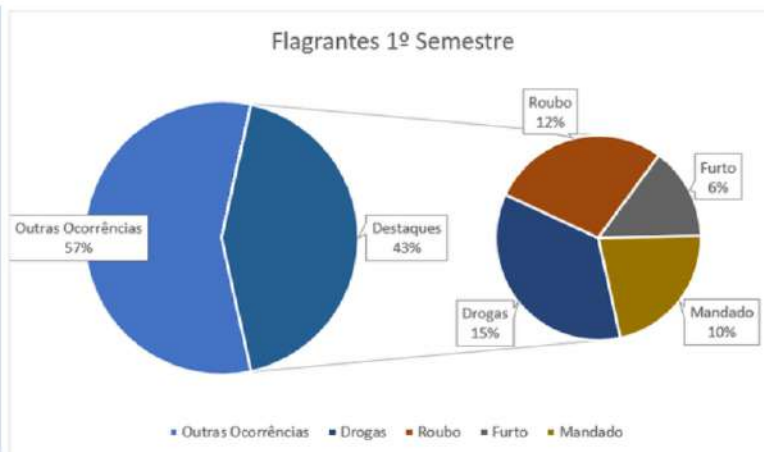
CONCLUSÃO

Ações positivas, Operações Policiais Militares e Limitações na aplicação da lei

Ações Positivas

Demonstração inequívoca do trabalho incessante da Polícia Militar em coibir crimes e aplicar a lei.

Durante o primeiro semestre de 2022 foram realizadas 737 conduções à delegacia, na área do 1º BPM. Destas, 223 foram na área do presente diagnóstico, conforme gráfico ao lado.



Operações Policiais Militares

Até o dia 18 de julho de 2022 já foram 1060 (mil e sessenta) Operações Policiais Militares na área do 1º Batalhão, à exemplo das operações paradigma, impacto, nômade, ônibus seguro, bairro seguro, etc.

Limitações na Aplicação da Lei

Apesar de todas ações positivas, todas as Operações Policiais Militares, toda logística de funcionamento do policiamento diuturnamente para preservação da ordem pública, a legislação não tem reeducado convenientemente os presos em flagrante uma vez que alguns voltam a delinquir, à exemplo de ocorrência com criminoso flagrado no último dia 02 de julho e novamente no dia 16 de julho cometendo exatamente o mesmo crime.

Portanto, a criminalidade é de mecânica complexa não dependendo exclusivamente de policiamento ostensivo e prisões em flagrante.



1º BPM/5ª CIA - DIAGNÓSTICO SOBRE MORADORES DE RUA

21





Ações de segurança pública propostas após levantamento e análise de dados

Ação Operacional

Mapeamento da incidência criminal:
Atualização de cartão programa de acordo com o mapeamento
Incremento de policiamento especializado em tais áreas

Gestão junto a outros órgãos públicos

Estabelecer contato com outros órgãos públicos para, em conjunto, propor e aplicar soluções para melhorar a questão da vulnerabilidade social dos moradores de rua e incidência criminal.
Verificar aplicação de legislação no que tange a réus sem a devida qualificação.
Estabelecer locais para realização de caridade, ao invés de ser feito nas vias do centro, afim de proporcionar mais dignidade aos moradores de rua, assim como facilitar ações públicas de identificação, prevenção de saúde, higiene, colocação no mercado de trabalho, etc.

Gestão junto a ONGs, sociedade civil e mídia

Buscar propostas e cooperação junto a ONGs que já atuam no trato com moradores de rua
Buscar visibilidade junto à sociedade civil e opinião pública acerca do problema desses indivíduos com extrema carência material e as repercussões na vida da sociedade.





CONTATO

1º Batalhão de Polícia Militar

Praça Pedro Américo, s/n - Centro
João Pessoa

(83) 3218-5811

www.pm.pb.gov.br
1bpm.pmpb@gmail.com
[@1bpm pb](#)

**ANEXO F – DIAGNÓSTICO DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS
COMERCIANTES DA REGIÃO DO BAIRRO DO VARADOURO - 2023**



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DA PARAÍBA

POLÍCIA MILITAR

1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

BATALHÃO CEL PM ELIAS ALVES BARBOZA

Diagnóstico do movimento migratório dos comerciantes da região do bairro Varadouro.

ESTUDO DE SITUAÇÃO

2023





SUMÁRIO

ÍNDICE

01.

Introdução

02.

Análise de dados

03.

Aspectos relevantes

04.

Ações Solicitadas

05.

Conclusão





INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa promover um diagnóstico sobre os movimentos migratórios dos comerciantes da malha central da cidade de João Pessoa. Nos últimos anos, temos a constatação que diversos comerciantes fecharam as portas ou saíram da região central, algo facilmente observável quando transitamos nas ruas do centro, com lojas fechadas, algumas fachadas abandonadas, diversas placas de “aluga-se” e um movimento de pessoas visivelmente menor.

Acompanha-se pelos veículos midiáticos, entre jornais e páginas de internet, diversas reivindicações por parte dos comerciantes com relação à atual situação do comércio. São recorrentes as reportagens e várias delas apontam questões de segurança pública como principal motivo para esse fenômeno, surgindo, assim, a necessidade de entender o que tem acontecido para darmos uma melhor resposta à sociedade.

Em que pese reconhecermos que problemas relativos à atuação das forças de segurança de fato influenciem na economia local, porque realmente a violência ou criminalidade podem afastar as pessoas dos pontos mais vulneráveis, foi necessário também estudarmos se esta suposta causa, tão somente, tem sido a principal das causas e se, indo além, corresponde à realidade dizer que é um problema meramente de segurança.

Fato é que diversos fatores influenciam diretamente no comércio, havendo relevância entendermos a causa dos fechamentos ou migração dos lojistas, sobretudo porque atacar a causa errada poderá gerar ações que não irão surtir efeitos, agravando a situação e prejudicando ainda mais os interessados. Agir sobre causas erradas pode surtir um efeito inicial, porém que não se mostrará eficaz a médio ou longo prazo.





DESENVOLVIMENTO

ANÁLISE DE DADOS

Universo do levantamento da planilha de ocorrências registradas no CIOP e fornecidas pela 5ª CIA do 1º BPM, a partir de 01 de janeiro de 2022 até maio de 2023.

Para identificação e estudo deste fenômeno migratório, buscamos identificar a realidade com base no uso dos índices de CVP (Crimes Violentos Patrimoniais) da área analisada, juntamente com os dados do Anuário de Segurança Pública relacionados a esses dados. Objetiva-se, portanto, demonstrar que a segurança pública, por si só, pode não ser a causa das migrações, como insistem dizer alguns ao buscar justificar as migrações de forma superficial.

Além do estudo vertical sobre os dados, utilizou-se, ademais, pesquisa de campo para levantamento de dados mais específicos, através de um processo que passou por aplicação de questionários e entrevistas com os comerciantes da área. Algo que nos trouxe importantes elucidações tendo em vista ter sido um trabalho realizado no mês de Junho, com aquecimento da economia local em razão das festividades juninas.





ANÁLISE DE DADOS

O fechamento das lojas e a queda no fluxo de pessoas na área do Varadouro são decorrentes apenas de problemas de segurança pública?

QUAIS AS REAIS CAUSAS DESSE FENÔMENO?

LEVANTAMENTO DE DADOS

Confrontando os índices de Crimes Violentos Patrimoniais da malha central com o movimento migratório, entre janeiro de 2022 e maio de 2023, constatamos 1226 ocorrências registradas na área do 1º Batalhão de Polícia Militar; sendo que 779 ocorrências (63,54%) se referem a roubos e furtos no Centro e na região de Varadouro. Outrossim, apenas 7,7% refere-se a roubos a estabelecimentos. Outras 158 ocorrências referem-se a roubos e furtos, a transeuntes e comerciantes, na área do varadouro.

Neste sentido, conforme os Dados do Anuário de Segurança Pública, em todo território nacional, houve 78% de queda nos ataques a bancos (CIBAN), acumulados de 2019 a 2022 em comparação aos quatro anos anteriores; no mesmo período, houve também queda de 23% nos roubos em geral (CVP); queda de 54% nos roubos em transportes coletivos e queda de 20% nos roubos em estabelecimentos.

Na Paraíba, quanto aos dados de CVP em estabelecimentos, tivemos uma redução de 11% em relação a 2021 e 20% em relação a 2018. Na área da 1ª REISP, tivemos uma queda dos números, de 4429 para 3837 casos, representando diminuição de 13%.

Anuário de Segurança Pública



2022

Índice de CVP Malha Central



Dados 5º CIA/1º BPM





ANÁLISE DE DADOS

COMPARATIVO DO FLUXO DE PESSOAS – JULHO DE 2017 E JUNHO DE 2023

A malha central e o bairro Varadouro em João Pessoa, torna-se uma das áreas mais movimentadas economicamente da cidade, mas é notável uma diferença no fluxo de pessoas comparando os meses de julho de 2017 e junho de 2023. Em julho de 2017, a região estava frequentemente cheia de atividades comerciais, com uma quantidade significativa de pessoas circulando pelas ruas e estabelecimentos comerciais.

No entanto, ao comparar com junho de 2023, é perceptível que houve uma queda acentuada no fluxo de pessoas. Nesse período, observou-se uma diminuição significativa da movimentação habitual de indivíduos nas ruas e nos comércios locais. Com diversos fatores que contribuíram para essa mudança, como mudanças nas preferências de consumo, alterações nos padrões de comportamento dos consumidores ou mesmo a influência de eventos externos. Diante disso, podemos destacar imagens que exemplificam a realidade e o comparativo dessa mudança:



Fonte: Google Street View – Julho 2017



Junho 2023





ANÁLISE DE DADOS

CAMPO DE PESQUISA

Propomos uma pesquisa de campo com comerciantes nas ruas Riachuelo, Padre Azevedo, Maciel Pinheiro, Av. Beaurepaire Rohan, Desembargador Feitosa Ventura, Silva Jardim e Av. General Osório, localizadas na malha central e no bairro Varadouro de João Pessoa. A escolha das ruas mencionadas se baseia na sua relevância comercial na malha central e no bairro Varadouro, áreas tradicionais e movimentadas da cidade. Por meio das entrevistas e questionários direcionados aos comerciantes locais, buscou-se obter insights sobre diversos aspectos.

MAPA



▲ Logradouros percorrid

Rua Riachuelo
Rua Padre Azevedo
Rua Maciel Pinheiro
Av. Beaurepaire Rohan
Rua Des. Feitosa Ventura
Rua Silva Jardim
Av. General Osório

Fonte: Google Maps





ANÁLISE DE DADOS

PESQUISA AOS COMERCIANTES:

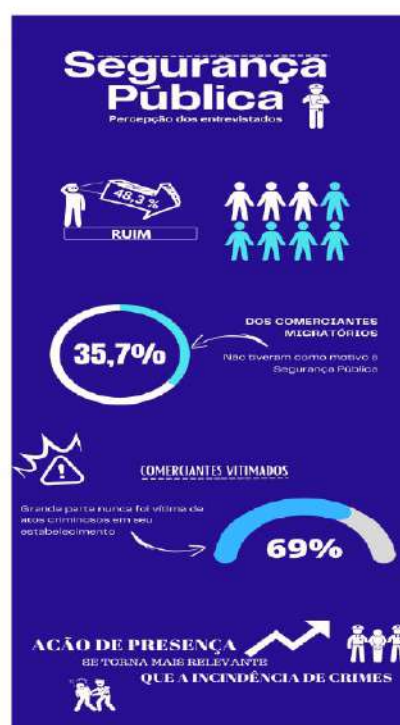
Foi elaborado questionário de pesquisa e realizada a entrevista pessoal com 29 comércios na área do Varadouro com a finalidade de entender o processo migratório que ocorre atualmente e quais os motivos que estão levando os comerciantes a saírem do bairro.

INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

(COM BASE NAS ENTREVISTAS SEGUEM ALGUNS APONTAMENTOS)

PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA

- 48,3% avaliaram a segurança pública como ruim ou péssima.
- Porém, dos que migraram de local, 35,7% não tiveram como motivo a segurança pública, mas motivo diverso.
- Dos crimes mais comuns na área em estudo, 37,9% seria roubo e 20,7% furto, ambos a transeuntes.
- Destaca-se que 69% dos entrevistados nunca foram vítimas de atos criminosos em seu comércio.



LOGO, OBSERVA-SE QUE A PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA ESTÁ FORTEMENTE RELACIONADA À PRESENÇA POLICIAL, MAIS DO QUE À INCIDÊNCIA DE CRIMES.



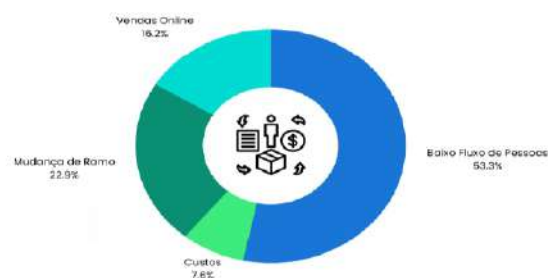


ANÁLISE DE DADOS

MOTIVO DA MIGRAÇÃO

- 53,3% MIGRARAM POR BAIXO FLUXO DE CLIENTES
- 22,9% mudança do ramo de atividades.
- 16,2% por vendas online.
- 7,6% por questões de custos.

Nenhum dos entrevistados que mudaram de local teve como motivo a segurança pública



PRINCIPAIS DIFICULDADES APONTADAS

13 Pessoas entrevistadas

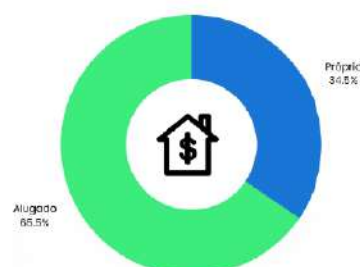
- 58,6% fluxo de caixa
- 17,2% fluxo de pessoas
- 10,3% folha de pagamento
- 6,9% aluguel e impostos
- 3,6% manutenção
- 3,4% segurança.



CUSTOS COM PONTO COMERCIAL

- 34,5% trabalham em estabelecimento próprio
- 65,5% trabalham em imóveis alugados

Ademais, para 63%, o custo da manutenção é feita pelo inquilino; para 37%, o custo é do proprietário.





AÇÕES SOLICITADAS

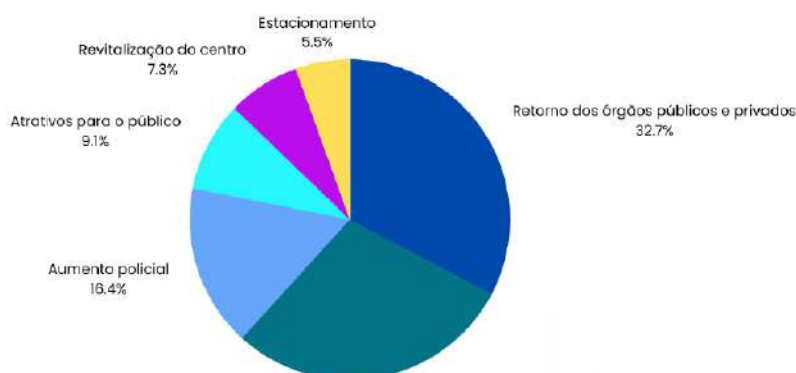
SOLUÇÕES PROPOSTAS PELOS COMERCIANTES ENTREVISTADOS

Com base nas solicitações dos comerciantes é evidente que existem diversas ações necessárias para fortalecer e impulsionar o comércio local. As solicitações dos comerciantes incluem o retorno dos órgãos públicos e privados (32,7%), reativação do terminal de integração (29,1%), aumento policial (16,4%), criação de atrativos para o público (9,1%), revitalização do centro (7,3%) e melhorias no estacionamento (5,5%).

Uma das demandas destacadas é o retorno dos órgãos públicos e privados à região. Essa ação é fundamental para fortalecer a infraestrutura local e garantir a prestação de serviços essenciais para a comunidade e para os próprios comerciantes. A reativação do terminal de integração também é uma solicitação relevante, pois proporcionaria maior mobilidade e facilidade de acesso à região, atraindo mais pessoas para o comércio local. Além disso, um aumento na presença policial é importante para garantir a segurança dos comerciantes e dos visitantes, criando um ambiente mais propício para o desenvolvimento das atividades comerciais.

A revitalização do centro é outra demanda significativa. Melhorias na infraestrutura, na estética das ruas e na conservação dos espaços públicos podem contribuir para tornar o ambiente mais atraente e acolhedor, incentivando as pessoas a passear e explorar a região.

Por fim, a questão do estacionamento também é crucial. Disponibilizar opções de estacionamento adequadas e acessíveis é essencial para facilitar a visita dos consumidores e garantir uma experiência mais positiva no comércio local.





Aspectos importantes

- 01** Todos os entrevistados relataram que perceberam uma queda significativa no fluxo de pessoas e potenciais clientes nos últimos anos, cerca de 73,3% apontam que essa mudança se acentuou a partir de 2018.
- 02** As principais causas atribuídas à queda no fluxo de pessoas são o encerramento das atividades de órgãos públicos e privados (bancos) e mudanças no transporte público.
- 03** Desde 2020, várias mudanças ocorreram no sistema de operação do transporte público. Cerca de 15 linhas saíram de circulação ou passaram por algum tipo de atualização, afetando diretamente a rotina de trabalhadores, estudantes e demais usuários do serviço.
- 04** Outro problema que tem afetado os passageiros de ônibus em João Pessoa é o fim da integração física. Com a pandemia, a prefeitura implantou o sistema de integração temporal, no qual os usuários precisam do cartão de passagem para garantir a gratuidade do segundo embarque em qualquer lugar da cidade, desde que a troca de uma linha para outra seja feita em um intervalo de até 60 minutos.
- 05** Falta de estacionamento, pois o antigo modelo de Zona Azul adotado em João Pessoa foi extinto em fevereiro de 2020 e sem prazo para reativação.





CONCLUSÃO

Neste estudo, percebe-se que, muito embora de fato os problemas de segurança pública possam influenciar diretamente a economia local, o movimento migratório constatado na região do varadouro não teve como causa principal tal fator, possuindo várias outras nuances relatadas pelos próprios comerciantes.

Desta feita, apesar de não ser apontada como causa direta, a pandemia desponta como estopim para o agravamento da situação. Na mesma ótica, a burocracia que envolve o processo de restauração de edificações históricas (comuns na região do varadouro) é apontada como impedimento para revitalização das lojas e consequentemente, de uma possível revitalização do comércio.

A violência e a criminalidade, mesmo pesando enquanto aspectos negativos em toda e qualquer região comercial, neste caso, especificamente, demonstraram-se como causas secundárias quando analisadas outras questões que vão do surgimento de novas modalidades de venda pela internet, falhas na logística dos transportes coletivos e dos estacionamentos, até alcançar problemas econômicos nacionais, ou mundiais, sobretudo pelas consequências agravantes provenientes da recente pandemia de Covid-19.

Mesmo diante da necessidade de aperfeiçoarmos a prestação do bom serviço público e evoluirmos a efetividade da atuação policial, não pode a Polícia Militar servir como causa superficial de todo e qualquer problema social, posto que as reais raízes podem estar encobertas neste argumento, servindo tal apontamento como pano a encobrir problemas outros, cujo diagnóstico e solução, restaria, neste diapasão, muito mais difíceis.

Analisar e aprofundar a visão facilita tanto no entendimento quanto na correção do que se mostra mais urgente, estando a Polícia Militar da Paraíba, obviamente, sempre à disposição do auxílio aos cidadãos e dos comerciantes paraibanos no geral.

